

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

PEDRO VASCONCELOS ROCHA

FAMÍLIA E O ESPAÇO DA POLÍTICA: RECURSOS SOCIAIS E USOS DO
PARENTESCO NO LEGISLATIVO FEDERAL

Porto Alegre

2015

PEDRO VASCONCELOS ROCHA

FAMÍLIA E O ESPAÇO DA POLÍTICA: RECURSOS SOCIAIS E USOS DO
PARENTESCO NO LEGISLATIVO FEDERAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Elites e Pensamento Social

ORIENTADOR: Odaci Luiz Coradini

Porto Alegre

2015

Vasconcelos Rocha, Pedro

Família e o espaço da política: recursos sociais e usos do parentesco no Legislativo Federal / Pedro Vasconcelos Rocha. -- 2015. 56 f.

Orientador: Odaci Luiz Coradini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2015.

1. Grupos dirigentes. 2. Congresso Nacional. 3. Parentesco. 4. Brasil. I. Coradini, Odaci Luiz, orient. II. Título

PEDRO VASCONCELOS ROCHA

FAMÍLIA E O ESPAÇO DA POLÍTICA: RECURSOS SOCIAIS E USOS DO
PARENTESCO NO LEGISLATIVO FEDERAL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Elites e Pensamento Social

APROVADA EM 06 DE MAIO DE 2015.

Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini (Orientador - PPGCP/UFRGS)

Prof. Dr. Fabiano Engelmann (PPGCP/UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (PPGHIS/UFRGS)

Prof. Dr. José Carlos dos Anjos (PPGS/UFRGS)

Porto Alegre, Maio/2015

DEDICATÓRIA

Para Maria Aparecida e Catarina.

AGRADECIMENTOS

No curso dos acontecimentos que levaram ao início, desenvolvimento e conclusão desta dissertação, é necessário nomear algumas das muitas pessoas e instituições que desempenharam papéis fundamentais para o seu andamento. Inicialmente agradeço ao CNPQ por colaborar com o financiamento das minhas atividades de pesquisa. Sou grato também ao PPG Ciência Política da UFRGS pelo amparo em atividades de ensino e financiamento da pesquisa de campo realizada, além de suporte à apresentação de trabalhos prévios em congressos científicos.

Agradeço a contribuição sempre valiosa do meu orientador, Odaci Coradini, sempre disposto a ajudar em todas as situações acadêmicas envolvidas. Sem dúvidas o convívio com ele nestes anos foi o grande responsável por meu amadurecimento intelectual nas ciências sociais. Sou grato também aos professores Fabiano Engelmann, Luiz Grijó e José Carlos dos Anjos por aceitarem meu convite para compor a banca de defesa da dissertação.

A pesquisa não teria sido realizada sem a colaboração direta de pessoas que intercederam para que eu pudesse ter acesso a importantes fontes. Neste sentido, sou extremamente grato a Haviá, Bruno, Lídice, Norma, Ednalva, Anna Rodrigues, Rodrigo Dourado, João Vasconcelos e Gabriel Soares. Agradeço também aos entrevistados e seus assessores pela disponibilidade.

Não faria sentido escrever esta seção sem mencionar a centralidade de pessoas que ajudaram com apoio acadêmico, burocrático, emocional e com sua paciência em tantos momentos. Assim, considerando do início ao fim deste processo, agradeço a Roberta, Sara, Thiago, Hânder, Rômulo, Cristina, Ícaro, Rodrigo, Maurício, Mayer, Bianca, Juliane, Zé Filho, Laís, Vanessa, Dieni, Mariana, Mariluce, Ariadne, Iná. Fui feliz por contar com a companhia essencial destas boas pessoas com quem convivi em diferentes momentos desta nova etapa em uma outra cidade. Por todo o amparo nos momentos difíceis e por comemorar junto as alegrias do fim do processo, sou especialmente grato à Fernanda, Mariza, Sérgio e Daniela. Por tudo, hoje e sempre, agradeço a Maria e Catarina.

RESUMO

Este trabalho se insere em discussões mais amplas acerca das relações entre laços de parentesco e política no Brasil recente. Toma-se como objeto de pesquisa a relação do parentesco com outros recursos sociais mobilizados na política, compreendendo assim diferentes usos, justificações e concepções relativas ao parentesco no âmbito dos espaços políticos nacionais. O universo empírico engloba deputados federais e senadores da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal dotados de vínculos de parentesco biológico com detentores de cargos eletivos no presente e em períodos anteriores. Foi empregado um conjunto diversificado de fontes como dez entrevistas semi-estruturadas com parlamentares, biografias, matérias em periódicos impressos e digitais, teses e dissertações, discursos proferidos em plenários e comissões do Congresso Nacional. Os resultados apontam para investimentos específicos dos grupos familiares nestes espaços, os quais ressaltam também o caráter composto dos recursos sociais que se associam ao parentesco. Neste sentido, as concepções de “família” e “mérito” na política aparecem de forma fluida, contribuindo para hierarquizar os agentes e patrimônios políticos familiares em questão.

Palavras-chave: Parentesco; Política; Congresso Nacional

ABSTRACT

This work is part of broader discussions concerning the relationship between kinship and politics in recent Brazil. Taking as the research object the relationships between kinship and other social resources mobilized in politics, it comprises different uses, justifications and insights referring to kinship influence within the national political spaces. The empirical universe includes federal deputies and senators of the 54th Legislature of the Chamber of Deputies and the Senate endowed with biological kinship ties to holders of elected office in this and in previous periods. It is covered by a diverse set of sources: ten semi-structured interviews with parliamentarians, biographies, materials in print and digital journals, theses and dissertations, speeches in plenary sessions and commissions of Congress. The results point to specific investments of family groups in these spaces, which also underscores the composite character of social resources that are associated with kinship. In this sense, the concepts of "family" and "merit" in politics appear fluidly, contributing to rank the agents and family political heritage concerned.

Keywords: Kinship; Politics; National Congress

SUMÁRIO

1. Introdução.....	01
2. “Grandes famílias”: Imperativos de Legitimação.....	09
2.1. “Grandes famílias” e capital simbólico.....	10
2.2. “Grandes famílias” e capital social.....	11
2.3. Modos de reprodução social, estratégias escolares e legitimação.....	12
2.4. Investimentos escolares e reconversões.....	16
2.5. Limites e possibilidades das condições periféricas.....	17
3. Parentesco e política no Legislativo federal: ação e legitimação.....	19
3.1. Sistema político-partidário e “herança federal”	20
3.2. Parentesco e usos da “ <i>expertise</i> ”	27
3.3. Trunfos “pessoais”	34
4. Construção e legitimação da “herança política”: o parentesco na política como objeto de disputas simbólicas.....	36
5. Significados das estratégias de legitimação do parentesco na política.....	41
6. Conclusão.....	43
7. Referências Bibliográficas.....	44

Introdução

A tentativa de abordar o parentesco na política brasileira recente enquanto objeto de estudo exige, antes de tudo, perceber as diversas representações formuladas de modo simultâneo nas ciências sociais (brasileiras e “brasilianistas”) e na prática política brasileira sobre o tema. O modo mais sintético de tentar expressar esta representação nativa ou “senso comum” que ao mesmo tempo se configura como “senso comum acadêmico” é tomar como ponto de partida das análises a problematização de associações comuns feitas nestas representações à questão do parentesco na política. Neste sentido, podem ser destacadas as discussões que relacionam parentesco na política e “poder local”; e as que se referem ao lugar dos laços pessoais na política e sociedade brasileiras, assim como a relação destes laços com as instituições “modernas” e o Estado aqui instituído.

Grill (2003) e Canêdo (1994) explicitaram, na construção de objetos de pesquisa que abordam este tema, os ideais de modernidade, democracia e mercado subjacentes a algumas destas concepções “clássicas” sobre parentesco (e relações pessoais em geral) e política no caso brasileiro. Sobre a obra de Oliveira Viana e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, Canêdo aponta que o que estava como pano de fundo eram os “efeitos perversos à democracia” oriundos das “raízes ibéricas” e “não-individualistas” da sociedade brasileira, sendo o tom de denúncia mais marcado no trabalho de Viana. Para a autora, entretanto, tais trabalhos possuem o mérito de colocar a questão do parentesco e outras relações sociais na política (ou no Estado) em debate, algo que a sociologia política, a história e a ciência política em período posterior ignoraram em detrimento de estudos sobre instituições políticas, sistemas partidários e sistemas eleitorais, em uma forma de “naturalizar” o que é dito como “político” (CANÊDO, op. Cit., p. 94).

A este respeito, Grill mostra que a associação entre parentesco na política e noções como tradicionalismo, clientelismo, oligarquia, feudalismo deriva em grande parte de fatores como a influência e aplicação destas terminologias consagradas em determinados modelos teóricos e recortes históricos em estudos sobre o caso brasileiro, além da propagação das ciências sociais e sua apropriação no discurso político (GRILL, op. Cit., p. 19, nota 02). Apesar dos limites analíticos que tais apropriações apresentam para o problema do parentesco e política no Brasil, o autor ressalta a relevância que alguns destes trabalhos apresentam ao “descortinar relevantes entrecruzamentos entre estruturas sociais como a 'família' e a 'família extensa' e as estruturas políticas formais”.

A esta visão normativa do que representaria o “atraso político”, aglutinou-se de diferentes formas e em diferentes ocasiões a idealização do “local” como lugar do parentesco na política brasileira, levando a usos indiscriminados dos referidos termos consagrados (CARVALHO, 1997). Este “estigma do localismo”, ou associação automática entre parentesco na política e “poder local”, tem sua origem e divulgação maior no debate brasileiro desde a discussão de Viana (1973 [1920]) sobre os “clãs parentais”, mas é importante mencionar neste sentido a influência de trabalhos como os de Leal (1949), Carvalho (1966) e Queiroz (1976).

Em linhas gerais, apropriações e tentativas de “atualização” destas perspectivas, no âmbito acadêmico, político ou em ambos, contribuem para configurar um quadro em que a política no Brasil é dominada por famílias em disputas municipais e regionais, freqüentemente baseadas na posse da terra como recurso de poder e localizadas especialmente nas regiões menos desenvolvidas econômica e socialmente do país. A dependência econômica das populações fortaleceria a manutenção de vínculos clientelísticos com estes “coronéis” ou “elites” e o poder central teria dificuldade em suplantar essa lógica, estando assim um horizonte de democracia no Brasil constantemente ameaçado por tal configuração.

Ainda que estas análises “clássicas” mencionadas estejam situadas historicamente nos períodos do Império e das primeiras décadas da República, pouco se fez para tentar compreender o fenômeno do parentesco na política em períodos mais recentes e problematizando este quadro geral oriundo de diversas apropriações. Isto contribui para que generalizações sobre o tema ainda sejam freqüentes, seja no espaço político ou nas ciências sociais.

Para os fins aqui propostos, é preciso circunscrever a análise em uma agenda de pesquisas que forneça meios não-normativos e não idealizadores do “local” como sinônimo do parentesco na política, idealização esta que atravessa o tempo e não dá conta, analiticamente, das dinâmicas de duração e adaptação percebidas nas práticas de grupos familiares na política em contextos diversos. Como forma de tentar contornar este problema, pode-se tomar como referências, por um lado, pesquisas que versam a respeito das dinâmicas próprias de “grandes famílias” em suas relações com o poder, além de trabalhos que tratam do funcionamento das relações pessoais com a política especificamente no Brasil.

O olhar sobre as persistências e adaptabilidades presentes nos processos de dominação social foi bastante estudado no que tange a grupos herdeiros de “grandes famílias”, seja da antiga nobreza em países europeus que contaram com essa estrutura social ou em outras configurações de grupos familiares com um longo legado de poder em diversas esferas

sociais. Entre as várias hipóteses colocadas, é importante retomar no presente trabalho a verificação da persistência de mecanismos de reprodução centrados em tipos de relações sociais como cooptação, reciprocidade e transmissão familiar de recursos como capital simbólico, cultural e social, em contextos nos quais sua presença é especialmente incômoda socialmente por significarem um contraponto direto ao *ethos* meritocrático característico destas sociedades. Neste sentido, as estratégias de legitimação destes recursos mobilizadas por estes grupos ganharam destaque como objeto de estudo.

Partindo desta orientação teórica e simultaneamente de condições sociais específicas como o caso brasileiro, é necessário perguntar então a respeito dos princípios de legitimação no presente contexto e nas conseqüentes estratégias de universalização de recursos sociais particulares – especificamente, o capital de relações sociais que caracteriza nestes casos o vínculo de parentesco. Para tanto, reconhecemos aqui como úteis e complementares algumas indicações de pesquisas a respeito da centralidade das relações pessoais para pensar os mais diversos ramos de atividade no contexto brasileiro.

Em estudo a respeito das condições de ascensão de um ramo de elite “profissional”, Coradini (1997) explicita, por exemplo, como os mecanismos de recrutamento que tem como base relações de reciprocidade calcadas no parentesco, na amizade e em alianças políticas se cruzam de maneira peculiar com princípios ligados à ideologia meritocrática como a lógica escolar, exemplificando a manifestação do hibridismo gerado pela importação de modelos ocidentais em contextos periféricos (BADIE & HERMET, 1990 apud. CORADINI, 1997, p. 439). Este caráter híbrido e ambivalente das lógicas de recrutamento de um grupo de elite está presente também na análise de Seidl (2008), acerca da elite do Exército brasileiro no Império e I República, na qual se evidencia a convivência de mecanismos de sentido meritocrático, como títulos escolares e o tempo de carreira, com o capital de notoriedade herdado pela família e sua centralidade para ascensão na carreira militar.

Neste sentido é importante mencionar também o trabalho de Bezerra (1995) acerca das relações e princípios que circunscrevem a prática de dinâmicas políticas no Brasil tais como a liberação de recursos públicos. Tomando como ilustrativas empiricamente algumas situações geradas por chamados “casos de corrupção”, o autor demonstra como princípios como a reciprocidade e relações de parentesco, amizade e demais alianças de caráter pessoal estruturam a distribuição de bens e serviços (econômicos, políticas públicas, etc.) ao mesmo tempo em que se combinam com o cumprimento de normas “técnicas” e com procedimentos administrativamente requeridos. Observam-se, assim, espaços específicos nos trâmites correntes que permitem intervenções de favorecimento de caráter pessoal. Esta análise é

ilustrativa do ponto que queremos salientar: tais combinações entre o dito “técnico” e o pessoal, entre “respeito às normas” e reciprocidade, explicitam as possibilidades de interpenetração de códigos morais distintos (GRYNSZPAN, 1990, p. 26) em um mesmo espaço.

Reconhecer essas interpenetrações, amálgamas ou combinações de lógicas é central para pensar parentesco e política no Brasil em termos que escapem às apropriações propriamente políticas e idealizadas do debate. É problematizar assim processos que se apresentam idealmente como parte de uma “evolução”, como algo que pode ser substituído ou superado com o “desenvolvimento econômico” ou a “melhoria das instituições políticas”. Ao buscar apreender suas lógicas de funcionamento, um ponto de vista analítico pode tentar perceber as complementaridades entre lógicas distintas e o poder destas complementaridades na legitimação de determinadas posições e oposições.

Do mesmo modo, é necessário não se ater *a priori* ao estigma do parentesco na política exclusivamente local ou ausente de relação com processos “mais desenvolvidos” de representação política e/ou administração pública, percebendo também dinâmicas que extrapolam o “local” ao permearem e hierarquizarem diferentes espaços, práticas e representações no âmbito da “grande política”, ou política “nacional”. Tomamos como hipótese que isto se dá a partir de lógicas próprias que, apesar de interdependentes em relação a dinâmicas estaduais e municipais, assumem funcionamento específico em espaços da burocracia federal e do Congresso Nacional. Sendo estes espaços privilegiados por alguns grupos familiares por períodos mais ou menos longos, ou ainda permeado por práticas que possuem como base relações de parentesco, acredita-se que certas dinâmicas deste tipo podem ser apreendidas no que diz respeito às sucessões de linhagens familiares a partir de mecanismos internos a estes espaços, as quais necessitam ser demonstradas analiticamente.

A partir destas orientações, o trabalho pretende abordar a problemática do parentesco na política representativa no Brasil recente. A ênfase da proposta está situada no estudo de diferentes modos pelos quais o parentesco enquanto recurso influi na constituição de “carreiras políticas” no Legislativo Federal, o que engloba patrimônios políticos familiares objetivados principalmente na ocupação sucessiva de cargos eletivos, tomando como referencial empírico específico deputados federais e senadores da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A pergunta de pesquisa se direciona assim aos espaços e modos pelos quais o parentesco se insere enquanto um recurso potencial em disputas e alianças políticas, mobilizado para fins diversos e legitimado de diferentes formas. No âmbito da análise em

questão, a presença do parentesco neste sentido pode ser observada, inicialmente, ao delimitar o recorte do universo empírico para “linhagens de eleitos”, isto é, a recorrência de membros de um mesmo grupo familiar ocupando cargos nestes espaços ao longo do tempo. Tal manifestação do parentesco na política, entendida daqui em diante como “hereditariedade eletiva”, pode ser vista como uma objetivação da “integração do tempo na política” (PATRIAT, 1992, p. 08).

Entretanto, apesar de partir inicialmente da manifestação propriamente eletiva da hereditariedade na política no momento de recorte do tema empírico – deputados federais e senadores eleitos em determinada Legislatura - a ênfase da presente abordagem está situada na tentativa de apreensão dos usos, justificações e representações do parentesco no interior do Legislativo federal. Diz respeito portanto não diretamente às dinâmicas eleitorais, ou às condições e lógicas sociais do recrutamento político destes agentes, mas a momentos relacionados às tomadas de posição e interações nestes espaços.

A opção por partir do estudo de detentores de cargos eletivos advindos de patrimônios políticos familiares no nível federal, e não local como é geralmente associada a questão do parentesco na política, se insere na preocupação de abarcar na análise maneiras diferenciadas de recurso ao parentesco e seus efeitos para a constituição de patrimônios políticos. Um contraponto a esta abordagem é colocado por Patriat: abordar a hereditariedade na política deveria referir-se primordialmente ao local, dado que a o universo material e simbólico envolvido no patrimônio político de um grupo familiar (história do nome e “feitos” da família, votos, etc.) é fundamentalmente ligado a um determinado território. Ignorar este fato e tomar o “nacional” como unidade de análise implicaria no problema de “nivelar a diversidade de realidades” das heranças na política, e se consolará em “olhar para uma dezena de dinastias parlamentares prestigiosas”. O problema maior deste nivelamento de diversidades se daria ainda do ponto de vista qualitativo, no qual se apresentaria o risco de assimilar “dinastias” diferentes em vários aspectos sob um mesmo “guarda-chuva” (Idem, p. 13-14).

Ambas as críticas a esta opção de recorte se mostram válidas e são consideradas no presente trabalho. A alternativa que se apresenta, neste caso, é tomar a “diversidade de realidades” que caracterizam os grupos familiares presentes na amostra como parte da investigação, circunscrevendo, no andamento da análise, as especificidades de cada patrimônio político familiar considerado. Deste modo, usos, justificações e representações do parentesco na política não são reduzidos a um suposto “vácuo” que seriam as instituições legislativas nacionais, mas sim produtos das relações entre recursos sociais detidos previamente por um grupo familiar e as condições da sua conversão em recursos mobilizáveis

no âmbito federal, ou mesmo a mobilização visando maior acumulação destes recursos a partir da atuação nestes espaços.

A última ressalva a ser feita a respeito das justificativas e delimitação de objeto se refere à problematização da denominação “política nacional” ou “centro” político. Partindo inicialmente do modelo centro-periferia presente na síntese de Badie (1994), é possível compreender a formação de um “centro” político como uma propriedade comum no conjunto de processos de desenvolvimento político das sociedades contemporâneas, sejam elas pertencentes ao denominado “primeiro mundo” ou “terceiro mundo”. Esta formação é um processo abstrato, o qual “não implica por si só nenhum alinhamento às estruturas novas e uniformes”, sendo na verdade “incapaz de funcionar sem a reutilização das estruturas tradicionais herdadas do passado” (BADIE, 1994, p. 114-115).

Nota-se também que “a centralização de estruturas políticas consagra em cada sociedade considerada um tipo original de síntese entre um sistema tradicional ‘degradado’ e um sistema moderno ‘imposto do exterior’; essa síntese garantiu o caráter específico da reação de cada sociedade à modernidade (...)” (Idem, p. 127). Ambas as noções propostas por este modelo – a existência da referência de um centro político e a relação da imposição deste centro com as estruturas pré-existentes - baseiam uma compreensão do que pode ser visto como o espaço da “política nacional”, além de fornecer a tentativa, aqui assumida, de captar processos que resultam desta síntese, especificamente no âmbito do “centro”.

Sob uma outra perspectiva, considerando o contexto das ditas “sociedades complexas”, Wolf (1966) caracteriza as comunidades locais e as instituições nacionais como componentes de uma “rede abrangente de relações”, salientando a especialização de determinados agentes e grupos de agentes enquanto elo entre estes dois grandes espaços e buscando compreender como os agrupamentos sociais, em diferentes níveis da sociedade, envolvem uns aos outros (WOLF, 1966, p. 73). O autor oferece assim uma compreensão adequada do papel de mediação, exercido por exemplo por parte de parlamentares e, especificamente no caso em pauta, pode ser visualizado na divisão familiar que vincula agentes tanto no âmbito local quanto no nacional.

De modo semelhante, é preciso ressaltar que a referida delimitação do objeto não ignora as interdependências entre os espaços de poder locais e nacionais, as quais já foram suficientemente abordadas também em outros estudos relacionados de algum modo a este tema no contexto brasileiro (LEWIN, 1993; LEAL, 1975; BEZERRA, 1999). Porém, considerando que as vinculações locais dos patrimônios políticos se devem com frequência às dinâmicas eleitorais (ainda que não se restrinjam a elas), resta compreender como se

apresentam as dinâmicas de parentesco no âmbito das relações entre “profissionais” no nível federal.

Por fim, tendo em vista a operacionalização da noção de “política nacional” e de alguns pressupostos a serem abordados posteriormente, é preciso também relativizar o alcance da divisão entre “política local” e “política nacional” retomando a crítica fundamental proposta por Bailey (1971). O autor justifica a validade de sua abordagem argumentando que, dada a limitação referente ao repertório de negociação política, certas regularidades no comportamento social a este respeito podem ser encontradas tanto em comunidades menores (pequenas vilas rurais) quanto maiores (arenas da chamada “grande política”, como os gabinetes ministeriais e o Legislativo Federal). Esta perspectiva deverá orientar parte da análise das interações e servir como pressuposto na compreensão das estratégias mobilizadas pelos agentes em questão.

Portanto, o foco nas interações específicas entre herdeiros de patrimônios políticos familiares e os demais agentes nas instituições legislativas nacionais intenta conferir particularidade ao presente trabalho. Trata-se de vislumbrar as possibilidades de compreender as dinâmicas centrais como espaços de poder que figuram como palcos de estratégias específicas por parte de grupos dirigentes vinculados por laços de parentesco.

Insistimos, ainda, que a mobilização do recurso do parentesco seja em espaços profissionais, escolares ou “propriamente políticos” como o Congresso Nacional, não se dá de forma automática e única: assume antes diversas modalidades, relacionadas principalmente à origens sociais, formas e necessidades diferentes de legitimação em diferentes espaços sociais, e envolvem investimentos visando acúmulo de relações, posições e recursos que transcendem e se amalgamam com o próprio vínculo de parentesco. É neste sentido que um estudo das modalidades de emprego do parentesco na política envolve a tentativa de apreendê-lo não só a partir das características próprias deste tipo de relação, mas também de como se combina com diferentes recursos presentes nas disputas políticas (OFFERLÉ, 1993).

Assim, é assumindo que a hereditariedade eletiva ou mesmo o tão citado fenômeno do “nepotismo” estão longe de esgotar as manifestações, usos e representações do parentesco na política que, a partir desta primeira referência, pretende-se abordar a relação dos laços de parentesco com eventuais posições e recursos mobilizados adquiridos no Legislativo Federal. A abordagem do parentesco enquanto recurso político “entre pares” envolve a tentativa de apreensão de lógicas de transmissão e legitimação que se fazem presentes entre estes agentes no que tange especificamente ao exercício de mandatos no Legislativo Federal, assim como as representações sociais sobre o próprio parentesco na política que estão em jogo. São estas

estratégias e representações que dão sentido aos laços de parentesco, os quais não podem constituir um objeto “em si mesmo”, sob o risco de cair em determinado “empiricismo” ou “objetivismo” que não atenderia aos presentes propósitos¹.

No intuito de delimitar melhor o universo empírico da pesquisa e orientar assim o material a ser utilizado, a proposta engloba como eixos de análise a transmissão de mandatos eletivos, verificada na presença de parlamentares com vínculos familiares prévios em cargos eletivos em diferentes níveis, e seus respectivos trajetos políticos e profissionais; relações do vínculo de parentesco com o estabelecimento de alianças e apoios internos e no acesso a posições de poder no interior do Legislativo Federal, objetivadas em algum nível na obtenção de cargos valorizados internamente (cargos na mesa, lideranças partidárias, relatorias concorridas, titularidade em comissões específicas) e na verificação de alianças construídas e publicizadas; e representações envolvidas e mobilizadas pelos agentes envolvidos a respeito da questão.

Metodologicamente, a proposta envolve o exame de biografias e trajetos, compostos por fontes diversas (órgãos públicos, periódicos, trabalhos acadêmicos, biografias e outras publicações bibliográficas) tendo em vista mapear relações de parentesco com detentores de cargos eletivos em períodos anteriores, levando em conta posições ocupadas e relações firmadas em períodos específicos como forma de observar recursos sociais acumulados. Estes investimentos observados nos trajetos pretendem amparar hipóteses referentes à relação, nestes legados, do parentesco com outros recursos que também são mobilizados na competição política, e suas possíveis relações com a legitimação do patrimônio político familiar.

No que tange as representações sociais sobre o parentesco na política federal e sua relação com outros trunfos políticos nestes espaços, os principais materiais utilizados são 10 (dez) entrevistas abertas realizadas com um número reduzido de parlamentares a respeito de suas carreiras políticas, trajetórias pessoais e trajetórias familiares. Materiais biográficos disponíveis em páginas pessoais dos parlamentares, assim como genealogias, depoimentos à imprensa, teses e dissertações sobre famílias e regiões específicas, dicionários biográficos e alguns depoimentos parlamentares (discursos, homenagens, debates em comissões) contribuem de forma complementar para o mapeamento de relações e informações sobre as trajetórias familiares. Do conjunto deste processo espera-se ser possível reconstituir diferentes

¹ Outros riscos em tomar o parentesco biológico ou por aliança como objeto “em si mesmo”, ressaltando em contrapartida a necessidade de analisar os usos e reconversões destes laços são discutidos por Grill (2003, p. 71).

modalidades de inserção do parentesco na constituição e legitimação de cargos eletivos ocupados em nível federal.

1. “Grandes famílias”: imperativos de legitimação

O estudo das dinâmicas de poder que permeiam as diversas estruturas sociais envolve, como questões essenciais, a tentativa de apreensão dos meios pelos quais os grupos dirigentes reproduzem a dominação em suas respectivas esferas de atuação, as formas de legitimação desta dominação presentes neste fenômeno de reprodução social e as condições sociais e históricas em que estes processos ocorrem. Ao considerar a reprodução social como fenômeno não linear, passível de diversas reorientações ao longo da história, ganha destaque o estudo dos mecanismos que permitem o sucesso ou fracasso de grupos dirigentes na manutenção de posições elevadas na hierarquia social em diferentes espaços. Estes processos envolvem deslocamentos diversos destes grupos no interior de um mesmo espaço ou entre outros espaços, sendo estes fenômenos respectivamente associados às ideias de acúmulo de capitais por meio de *conversões* e às de reorientações entendidas enquanto *reconversões*.

O olhar sobre as estratégias de reprodução, conversão e reconversão, as persistências e adaptabilidades presentes nos processos de dominação social, foi bastante estudado no que tange a grupos herdeiros de “grandes famílias”², seja da antiga nobreza em países europeus que contaram com essa estrutura social ou em outras configurações de grupos familiares com um longo legado de poder em diversas esferas sociais. Sem pretender empreender uma revisão exaustiva e definitiva destes trabalhos, o presente capítulo tem como objetivo chamar a atenção para algumas possibilidades de análise deste fenômeno, especialmente no que tange aos processos de conversão e reconversão de capitais herdados, com destaque para os investimentos em títulos escolares feitos por estes grupos em tentativas de legitimação de posições sociais estabelecidas e/ou conquista de posições ameaçadas em diferentes contextos. Após discutir alguns eixos de análise neste sentido desenvolvidos por autores com trabalhos

² Na ausência de outro termo suficientemente abrangente, que compreendesse a multiplicidade de grupos sociais e contextos compreendidos neste fenômeno, optou-se por utilizar o termo “grandes famílias” para designar grupos familiares cujos membros ocupam (ou ocuparam) posições prestigiosas em diferentes espaços sociais por longos períodos de tempo. Não é, portanto, uma forma de “enaltecer” estes grupos ou tratar como “grande” em termos quantitativos (mesmo que o sejam), tal como o termo poderia sugerir em certos usos do senso comum, mas antes uma categoria que se pretende analítica, ainda que relativamente genérica.

em contextos “centrais” ou mesmo “não periféricos”, serão delimitados alguns limites e possibilidades para a construção deste objeto em contextos “periféricos”, com configurações sociais e históricas bastante diferentes, como é o caso do Brasil³.

1.1. “Grandes famílias” e capital simbólico

Voltar a atenção para o estudo de linhagens familiares em posições hierarquicamente elevadas por longos períodos de tempo envolve perceber, por um lado, características próprias dos contextos e grupos em questão e mecanismos de reprodução social comuns a grupos familiares em diferentes períodos históricos. Para fins de apresentação de alguns eixos de análise, cabe distinguir portanto a apreensão de atributos que são próprios de determinado grupo social de lógicas comuns em grupos familiares em um sentido mais amplo.

No que tange a primeira proposta, terá destaque aqui o trabalho de Monique de Saint-Martin (1993) a respeito do “espaço da nobreza” na França, dos trajetos e estratégias de reprodução, reconversão e diferenciação de descendentes deste grupo social amplo que, a despeito de dois séculos após a Revolução Francesa (que marcou a instituição da República e da “meritocracia”, antagônicas à sua presença), continuam a manter-se em círculos homogêneos e separados de outros agrupamentos sociais, enquanto categoria social “à parte” ao mesmo tempo em que concorrem entre si na definição dos significados do “ser nobre” no presente. Como mostra a autora, a produção da crença sobre a categoria de “nobreza” é central para compreender as diversas formas pelas quais famílias centenárias constituem-se como grupo a parte, acumulando elevado capital simbólico com bases nessa diferenciação, em períodos históricos tão diferentes como o *Ancien Regime* e a República.

Enquanto “crédito” irreconhecível como capital e que repousa sobre a crença, o capital simbólico da nobreza é dotado de características próprias que se associam aos títulos e propriedades dos que o empreendem. Sua compreensão está associada historicamente e principalmente às ideias de *notoriedade*, *reconhecimento* e *pertencimento*, sendo necessário o reconhecimento da qualidade de nobre em uma família por outras frações de nobres, por grupos concorrentes (como a burguesia) e por “classes populares”. A ancestralidade atribuída ao nome de determinada linhagem familiar, associada à notoriedade produzida a respeito de um “nome de família” e às propriedades específicas de quem o mobiliza, é um importante componente simbólico nas definições de reconhecimento e pertencimento entre a nobreza,

³ “Central” e “periférico” está sendo empregado aqui de acordo com a proposta de Badie & Hermet (1993).

apresentando-se como trunfo em disputas internas pela definição de nobreza e externas contra as mudanças sociais que alteram o rendimento desta espécie de capital simbólico. Assim, ao mesmo tempo que contribui para a unificação simbólica da nobreza, o reforço deste capital simbólico por frações de seus descendentes ainda hoje representa também uma tentativa de defesa de um grupo em declínio social (Idem, p. 31).

Os processos de conversão deste capital *nobiliário* ou, mais genericamente, de um capital simbólico volumoso tal como é característico em “grandes famílias” no poder, em capital cultural e econômico, os dois princípios de hierarquização nas sociedades diversificadas do presente (BOURDIEU, 1989, p. 382), são múltiplos e relacionam-se, entre outros fatores, com a história e posição de cada família em suas relações com as transformações introduzidas nas condições e modos de reprodução social, assim como com as representações que estes grupos fazem do futuro e da capacidade com a qual conseguem anteceder seus efeitos. Como estes processos são dificilmente indissociáveis dos processos transmissão, conversão e reconversão de outro capital que compõe majoritariamente a estrutura do capital global destas famílias – o capital social – torna-se necessário abordar este tema antes de entrar propriamente no âmbito das conversões e reconversões.

1.2. Grandes Famílias e capital social

Se a centralidade das dinâmicas envolvendo o capital simbólico ficam claras em um estudo sobre as grandes famílias da nobreza, é a análise dos mecanismos de acumulação e instrumentalização do capital social destes grupos que apresenta um alcance maior para os estudos sobre grupos familiares e suas relações com a conversão em outros capitais em períodos mais recentes, tal como o capital cultural e o investimento em títulos escolares.

O capital social, entendido enquanto capital de relações duráveis efetivas ou potenciais mas também compreendendo a ideia central de conhecimento e reconhecimento mútuos entre os que dele comungam, não se reduz às propriedades e capitais individuais dos agentes; funciona antes como “multiplicador” destas propriedades, sendo seu rendimento dependente das propriedades de cada membro tomado individualmente, do nível de integração e solidariedade interna deste grupo e das relações que seus membros podem efetivamente mobilizar (BOURDIEU, 1980, p. 02). A família, em especial as “grandes famílias” de grupos dirigentes tal como tratamos aqui, representam nichos limite de rendimento desta espécie de capital pela sua característica própria de integração e empreendimento coletivo (“espírito de família”), mas também pela centralidade que dão às estratégias de mobilizar e acumular, das

mais diversas formas, este capital.

Deste modo, torna-se fundamental nos estudos destes grupos familiares a apreensão dos mecanismos de gestão e acumulação de capital social, o que compreende desde a análise das organizações sociais efetivamente voltadas para a acumulação deste capital (participação em clubes, reuniões “mundanas”, festas, recepções, etc.) até formas mais atualizadas e menos “ostentatórias” como a organização de visitas conjuntas a exposições de arte e conferências (SAINT-MARTIN, op. Cit., p. 56). A importância deste trabalho de gestão e acumulação se explica pelo seu já referido efeito multiplicador (“fazer valer” mais os títulos que se detém) e pela possibilidade que a manutenção e mobilização de relações úteis apresentam de garantia contra o declínio de posição social.

1.3. Modos de reprodução social, estratégias escolares e legitimação

Compreendidas algumas propriedades presentes em grandes grupos familiares dominantes, resta entrar mais diretamente nas possibilidades de abordagem do fenômeno da reprodução social e suas relações com os processos de conversão, reconversão, em especial no que tange às estratégias escolares. Neste eixo entram questões fundamentais como as estratégias de legitimação de poderes estabelecidos por grandes famílias e as reconversões movidas pela combinação de capital social com outros capitais herdados, inclusive o referido capital simbólico, nas tentativas de manter posições sociais privilegiadas e sobreviver às ameaças de desclassificação. Neste sentido, é de grande interesse compreender de que formas convivem e concorrem diferentes modalidades de reprodução social em um mesmo período histórico.

Pierre Bourdieu (1989), em amplo estudo acerca da distribuição e reprodução do poder em suas lógicas, espaços e relações específicas com o sistema escolar na França, fornece para além deste programa de pesquisa um referencial analítico frutífero para examinar as relações entre grandes famílias e as estratégias de reprodução, reconversão e legitimação de seus capitais, especialmente no que diz respeito aos investimentos escolares e seus significados. Bourdieu traça dois modos ideais-típicos de reprodução social: o modo de reprodução familiar e o modo de reprodução “escolar” ou “mediado pela escola”⁴ (Idem, pp. 396-416). No centro desta oposição estão amplos processos de mudança social observados por Bourdieu na França

⁴ Na ausência de uma tradução adequada do original “mode de reproduction à composante scolaire”, optou-se pela tradução do termo utilizado na edição em língua inglesa (“school-mediated mode of reproduction”).

(e em alguns níveis em outras sociedades avançadas, como sugere Wacquant⁵) e sintetizados nas “grandes tendências”: o crescimento da importância do capital cultural no acesso a posições de poder (em relação a um declínio relativo do título de posse econômica), e do declínio dos títulos escolares técnicos em relação ao aumento de importância de títulos de cultura “geral-burocrática” (Idem, p. 386). Tais tendências, que representam mudanças nas taxas de conversão de determinadas espécies de capitais, são sentidas de modo mais ou menos intenso por diferentes famílias e frações de grupos dirigentes, dependendo principalmente da estrutura do seu capital, o que pode movê-los em direção a conversões e reconversões.

O primeiro modo de reprodução é caracterizado pela transmissão direta de capitais entre as gerações, objetivada por exemplo na transferência de títulos de propriedade e na transferência do “nome de família” (como símbolo do conjunto do capital simbólico familiar, tal como discutido anteriormente), e por estratégias diversas nas quais a busca de reprodução de determinado patrimônio é indissociável da busca pela reprodução e integração familiar.

Assim, estratégias de reprodução que poderiam ser vistas como “propriamente familiares” ou de “reprodução biológica” (casamentos, controle de natalidade) se cruzam com estratégias “propriamente econômicas”, que dizem respeito ao capital econômico da família e o que deve ser feito para mantê-lo. São centrais nesse sentido as alianças, por esses métodos “familiares”, entre grupos detentores de corporações em um mesmo ramo ou ramos distintos da economia, ou até mesmo a endogamia, visando tanto a contenção da divisão do capital econômico familiar quanto a sua integração, prestígio, etc. (Idem, p. 397).

A este respeito, Saint-Martin (Op. Cit., pp. 221-230) analisa as estratégias matrimoniais de distintas frações da nobreza mais ou menos mantenedoras de homogeneidade social e verifica, por exemplo, como alianças familiares que seriam inadmissíveis para herdeiros da antiga nobreza – como casamentos entre linhagens de nobres e linhagens de burgueses – foram aceitas em determinadas ocasiões em que se perceberam ganhos importantes em termos de capitais (especialmente capital econômico e social). Porém, longe de serem alianças meramente “utilitárias”, “calculadas” visando aumento global de patrimônio, suas bases podem ser encontradas nas afinidades de estilo e disposições comuns entre as famílias em questão, de alianças anteriores entre as famílias, da frequência em estabelecimentos escolares e “mundanos” semelhantes e, principalmente, da importância maximizadora em termos de capital social de se situar “entre dois mundos”: o da nobreza e o das finanças.

⁵ WACQUANT, LOÏC. “Foreword”. In: BOURDIEU, P. *The state nobility: elite schools in the field of power*. Cambridge: Polity Press, 1996.

No que tange a questão da relação com a educação no modo de reprodução familiar, os usos da escola e do título escolar são nesse sentido bastante sistemáticos e específicos. No âmbito doméstico, para além da escola, o cuidado e controle com a escolha dos ambientes educativos são estritos, assim como a gestão do tempo: todos os momentos são educativos, no sentido das práticas e da “educação pelo exemplo”, como em passeios com parentes, jantares e mesmo em momentos recreativos. A ideia circunscrita nesta regularidade e controle é não deixar nada, ou quase nada, ao acaso (Idem, p. 186).

Já na escolha das escolas, Saint-Martin (Idem, pp. 184-208) ilustra como estas estratégias escolares situam-se no centro da “aprendizagem da diferença” característica do capital simbólico nobiliário, principalmente ao orientarem o convívio dos jovens herdeiros somente entre outros jovens do mesmo “meio” (nobres ou dominantes de outras origens), utilizarem praticamente em sua totalidade as escolas privadas e religiosas, as quais permitem tanto o aprendizado de uma moral e “maneiras de agir” específicas que incluem por exemplo a educação das mulheres para serem “boas mães e esposas honrosas” e o fortalecimento de disposições que visam a integração familiar e o “espírito de família”.

Esta relação específica com o sistema escolar, que diz respeito menos aos conteúdos propriamente acadêmicos do que a aprendizagem de maneiras de se portar com superioridade (como resume a máxima comportamental de “tratar cada um de acordo com o seu nível”) e distinção, de gerir relações que podem vir a ser úteis, etc., é semelhante à postura de herdeiros destas famílias em seus estudos de nível secundário e superior. Especialmente em períodos anteriores ao aumento de importância do modo de reprodução baseado na *École*, as estratégias escolares de grupos herdeiros da nobreza no modo de reprodução familiar seguiam as tendências de presença majoritária em estabelecimentos privados de ensino secundário e, para os que apresentavam diplomas de ensino superior, a preferência era por títulos “generalistas” ou “menos técnicos” (Idem, pp. 211-212), como a habilitação em direito e posteriormente títulos da ENA e Science Po.

A este respeito, é digno de nota o alcance que representou a formação jurídica e seus usos nos processos de reconversão de herdeiros da nobreza na Hungria do Antigo Regime, em um período de industrialização e diversificação de atividades e espaços sociais. Victor Karady (1989) mostra como o investimento em títulos de direito por parte de membros da nobreza, além de outras frações dominantes, representou a melhor alternativa para estes estabelecerem-se em posições de poder. Apesar das grandes diferenças em relação ao sistema escolar francês do período estudado por Bourdieu e Saint-Martin, traços como os usos da escola na acumulação de capital social (como no destaque dado à vivência das “mundanidades” da vida

escolar) e os usos do título como legitimação social por estes grupos são aspectos comuns.

Uma das bases da recusa do ensino público está, tanto para descendentes da nobreza quanto para linhagens burguesas (as quais se aliam entre si recorrentemente, como assinalamos), na existência de um *ethos* anti-universalista, anti-republicano que lhes é característico. A recusa de formas “livrescas” de conhecimento e crença, em oposição ao universalismo, na importância da “experiência e virtudes pessoais” são traços característicos. Em suma, o que esperam do sistema escolar, mesmo do superior, é uma “boa educação moral e distinção social, o que o ensino privado está preparado para lhes fornecer” (BOURDIEU, op. Cit., p. 402). A educação guarda assim uma clara função de legitimação social para quem já tem uma posição estabelecida há gerações.

O estabelecimento cada vez maior do modo de reprodução baseado na escola transforma, como foi brevemente mencionado, as garantias, seguranças e, conseqüentemente, as estratégias e mecanismos de transmissão de grupos familiares assentados em capital simbólico e capital cultural distintos, em termos de legitimidade, do propriamente escolar. Este modo tem como característica fundamental uma compreensão mais generalizada do título escolar, em especial aquele garantido pelas instituições do Estado, como direito de entrada em postos (em termos efetivos, não formais), o que inclui as grandes funções de poder da alta administração pública e privada, nichos historicamente característicos de “elites” e anteriormente transmissíveis diretamente por vias como a herança familiar de títulos de propriedade econômica e de nobreza social, alianças matrimoniais, etc.

No caso francês, diferentemente da solidariedade e transmissão de privilégios por parentesco, desenvolve-se uma solidariedade de *corps*, grupo social com origem na grande *École* que realiza a cooptação e distribui ganhos para o grupo em estruturas de poder (principalmente no Estado, mas também em grandes corporações “tecnocráticas”), em uma estrutura de defesa do capital social semelhante, em termos lógicos, à integração familiar (Idem, p. 407). Apesar de tal semelhança na lógica de ação, o fato de seus membros deverem seus percursos e títulos ao sistema escolar público assegura sua legitimação quase incontestada sob os signos da meritocracia e tecnocracia.

No processo de “modernização” da Hungria do Antigo Regime, a mediação do título é sentida especialmente no caso do título de bacharel em direito, tal como assinalado anteriormente. Sendo a principal nova via de acesso ao poder, a formação jurídica apresentou para os herdeiros da nobreza uma possibilidade de legitimação com custo relativamente reduzido, dadas as disposições compatíveis entre tal formação e as características do *habitus nobre*, como o caráter flexível das possibilidades de atuação, a relação comum com a

manipulação de pessoas e de conteúdos, o caráter discursivo, e não manual, do ofício, e a “dignidade das finalidades profissionais, que se prestam a uma sublimação intensa” (KARADY, op. Cit., p. 111).

1.4. Investimentos escolares e reconversões

É nesta transformação da relação entre patrimônio dos grupos familiares e características dos instrumentos de reprodução (tendo no caso uma relação específica com o sistema escolar como instrumento central) que se originam as reconversões: os deslocamentos entre espaços sociais distintos dos de origem, relacionados à reconversão de uma espécie de capital em outra (BOURDIEU, 1989, p. 395). A mediação operada pela instituição de ensino superior na ocupação de postos e seus efeitos – como a “burocratização” crescente dos novos mercados de atuação profissional, por exemplo – apresenta dificuldades para a continuidade do estabelecimento de frações de grupos dirigentes em posições de prestígio e poder, em especial para aqueles mais intimamente relacionados com o modo de reprodução familiar, como as grandes corporações familiares e os herdeiros da aristocracia provincial no caso francês.

Estes grupos, cuja relação com a educação (e, conseqüentemente, os investimentos escolares prévios) é bastante diferente do que se apresenta como legítimo no modo escolar, e cuja identidade de “nobre” e portanto a negação do universalismo republicano ainda é mais forte, percebem com frequência mais tardiamente as necessidades de mudança que se colocam. Soma-se a este fator a questão da recusa recorrente e histórica, tanto em grupos de antigas aristocracias quanto grupos “de elite” em outros contextos, em exercer atividades técnicas e manuais ou “não correspondentes” com uma condição dominante (KARADY, 1991, p.111; SAINT-MARTIN, 1993, p. 244), o que também precisa ser contornado para que consigam sobreviver no espaço social.

As reconversões nestes casos devem então ao estado dos mercados profissionais, sendo mais frequentes a ocupação de espaços menos contrastantes com um capital simbólico *nobiliário* e/ou mais permeáveis, em termos de organização e burocracia, ao capital de relações sociais o qual estes grupos familiares tanto devem as suas posições. O estudo de Saint Martin (1993, pp. 265-282) apresenta várias indicações de mercados nesse sentido para o caso francês, como carreiras nas chamadas “relações públicas”, empresas de publicidade, organismos de arte, profissionais de decoração de ambientes e funções de relações públicas em empresas de luxo. Em termos escolares, a presença de herdeiros da aristocracia nestes

espaços é favorecida por uma ampliação relativamente recente de estabelecimentos privados que, com custo escolar relativamente baixo, apresentam garantias de legitimação para herdeiros nestas posições.

No caso de “grandes famílias” menos profundamente imersas no modo de reprodução puramente familiar tal como foi caracterizado - seja por relações mais próximas com outros grupos sociais, posição geográfica em grandes cidades, investimentos escolares anteriores em estabelecimentos públicos, etc. - as reconversões se apresentaram de maneiras distintas, mas ainda devendo suas bases aos capitais herdados. É neste sentido que Bourdieu (1989, p. 415) salienta a complementaridade entre os modos de reprodução: tratam-se não de oposições marcadas, mas de usos e formas mais ou menos exclusivas de certas estratégias de reprodução, em ambos os modos a partir da família.

Assim, no modo de reprodução mediado pela instituição escolar tal como observado no caso francês, há uma série de dissimulações que possibilitam e legitimam a dominação e que compensam as perdas na transmissão direta de privilégios, especialmente no caso das famílias mais estabelecidas, nos quais se destacam: a acumulação mútua de títulos de nobreza social (adquiridos via herança ou matrimônios), de “nobreza escolar” (diploma de grandes *Écoles*) e de propriedade (BOURDIEU, 1996, p. 332); os ganhos em termos de capital cultural herdados no âmbito doméstico, que proporcionam grandes vantagens na admissão em instituições que favorecem herdeiros dotados deste tipo de disposições, além de valorizar mais o título escolar devido ao capital social, ao mesmo tempo em que se ocultam sobre o manto da “excelência escolar” e da “meritocracia” (SAINT-MARTIN, 1993, p.214); e a grande vantagem de ocupar múltiplos espaços sociais em posições privilegiadas, o que representa bastante em termos de capital de relações sociais (BOURDIEU, 1989, p. 416). Este último ponto em especial diz muito a respeito da manutenção legítima de posições de poder por grupos familiares: ao conseguir se fazer presentes em vários espaços sociais, não só multiplicam o capital social mas também atuam de modo a tirar o máximo de benefícios possíveis de todos espaços e enfrentar assim o declínio em alguns deles, antecipando possibilidades frutíferas e menos custosas de reconversões.

1.5. Limites e possibilidades das condições periféricas

Esta foi uma tentativa inicial de apresentar possibilidades de tomar como objeto as relações entre “grandes famílias”, mudanças sociais e novas exigências de legitimação. Este capítulo, fruto de reflexões sobre possibilidades de análise do tema indicadas por outros

estudos, pretendeu oferecer algumas bases para esta discussão; traçar limites e potencialidades do uso de recursos explicativos destas abordagens para condições periféricas como o caso brasileiro pode ser frutífero em nível de reflexão, mesmo que feito ainda de modo incipiente e a título de subsidiar as constatações posteriores do trabalho a partir do material empírico envolvido.

Como ponto de partida, é possível observar três grandes limites que se apresentam de maneira complementar: a dificuldade de apreender as relações objetivas entre a estruturação do espaço escolar e do espaço (ou dos espaços) de poder, relações as quais, caso existam, dificilmente se estruturam de modo tão direto como a que sustenta os casos discutidos (CORADINI, 1996, pp. 425-428); a diversificação dos espaços sociais e sua relativa autonomia, pré-condição dos modos pelos quais se orientam as possibilidades de reconversão nos trabalhos citados e, se tomada de maneira estrita, questionaria a própria noção de reconversão apresentada, visto que deslocar-se entre campos pressupõe a própria existência de campos razoavelmente delimitados; e a oposição entre classes e frações de classes próprias às realidades subjacentes, o que torna várias hipóteses acerca das lógicas de ação e legitimação destes grupos compreensíveis apenas no contexto em que estão inseridos.

O que de alguma forma pode se apresentar como possibilidade a partir dos estudos discutidos é a tentativa de captar, a partir das observações discutidas aquelas com maiores pretensões de generalização sobre os casos específicos, o que aparentam ser princípios comuns e o que se apresenta como singularidade. Entendidos em um sentido amplo, sem incorporar as oposições características do contexto francês, traços como estratégias e busca por diferenciação, formas de gerir e garantir a integração familiar, modalidades da construção de alianças com outras famílias de distintas posições sociais e seus limites, além de princípios de legitimação que fazem alusão ao exercício do poder como “direito e obrigação” possivelmente ecoam ou podem ser aproximadas às lógicas de dominação engendradas grandes famílias em diferentes contextos, centrais ou periféricos. De maneira análoga, abordar como se estrutura o conjunto dos capitais destas famílias, atentando para a possível centralidade do capital social e simbólico em suas relações com outros capitais como o cultural e o econômico demonstram ser caminhos profícuos.

Outra possibilidade complementar é a tentativa de apreender as condições em que estão dadas as disputas, tal como tentamos compor a partir dos estudos referenciados. Ao tornar efetivamente claras as condições nas quais a reprodução social opera – legitimidade corrente dos meios de transmissão (com destaque para o sistema escolar), grau de integração dos grupos familiares em posições dominantes, estado das lutas entre grupos concorrentes,

etc. - a investigação pode ter condições então de compreender como os grupos familiares engendram estratégias adaptativas de forma a permanecer em posições de poder e como enfrentam, com mais ou menos sucesso, os riscos de declínio colocados pelas transformações sociais.

2. Parentesco e política no Legislativo federal: ação e legitimação

Uma análise do lugar e significado dos laços de parentesco no Legislativo Federal deve compreender a relação destes com outros recursos sociais mobilizados pelos parlamentares em suas carreiras políticas, o que por sua vez envolve a apreensão dos modos pelos quais estes laços são convertidos em recursos mobilizáveis nestes espaços para diversos fins. Estando a atividade parlamentar submetida a dinâmicas diversas, as quais são perpassadas, por exemplo, por relações indissociáveis de alianças partidárias, representação de interesses, vínculos de amizade e parentesco, tomar como nicho de análise os recursos em jogo nesta atividade pode contribuir para fornecer informações acerca dos usos e representações do parentesco nestes contextos.

Para tanto, optou-se por discutir inicialmente as representações do “jogo” político e o lugar do parentesco nisso formuladas por agentes nele envolvidos: deputados federais e senadores da referida Legislatura, provenientes de diferentes regiões do país e com carreiras políticas mais ou menos extensas. As informações aqui contidas foram extraídas de dez entrevistas semi-estruturadas com duração entre trinta e cinquenta minutos abordando trajetórias pessoais, trajetórias familiares e carreiras políticas dos parlamentares em questão, além da visão destes a respeito da dinâmica política no Legislativo Federal e das relações entre parentesco e política na atualidade. Em conjunto com as informações genealógicas e referentes às carreiras dos parlamentares, a mobilização das formulações nativas na análise pode contribuir para reconstituir alguns elementos presentes em torno da questão.

O roteiro de entrevista aberto apresentado aos parlamentares foi organizado em seções referentes à trajetória pessoal do parlamentar, ao grupo familiar a que cada parlamentar se vincula e às concepções e opiniões do parlamentar a respeito da atividade política em geral e especificamente no Legislativo Federal.

Quando questionados a respeito do que influencia na conquista de cargos importantes

e posições de prestígio e reconhecimento no interior do Legislativo Federal, os parlamentares entrevistados apresentaram respostas variadas, mas que em geral se agrupam em torno do que pode ser observado, a título de análise, como três modos distintos:

a) Alusão à *organização do sistema político-partidário* na Câmara dos Deputados e no Senado, tais como tamanho da bancada estadual, tamanho da bancada partidária, estar no governo ou na oposição;

b) Apelo à *“expertise”* em determinados temas, ditos como eficientes especialmente na conquista de cargos em comissões mais valorizadas e na relatoria de projetos de lei destacados, além da aquisição de notoriedade entre os pares da Legislatura;

c) Trunfos apresentados como *“pessoais”*, de caráter subjetivo, com menções a idéias como *“carisma”*, *“cumprir acordos”*, *“habilidade de articulação”*, etc.

Tal proposta de diferenciar atributos valorizados pelos agentes nas entrevistas, biografias e genealogias familiares tem o intuito de caracterizar com maior precisão os modos pelos quais os agentes legitimam as posições por eles ocupadas. Expondo estes modos à luz das trajetórias familiares e individuais específicas, é possível compreender as suas relações com diferentes recursos sociais detidos pelos agentes e seus respectivos patrimônios políticos familiares, salientando especialmente a relevância dos diferentes ajustes operados pelos agentes entre os laços de parentesco e outros recursos no espaço político considerado.

2.1. Sistema político-partidário e “herança federal”

A atribuição de papéis hierarquicamente distintos no interior do Legislativo Federal foi inicialmente referida, por parte dos agentes entrevistados, em função de atributos do denominado "sistema político". Este diz respeito a elementos tais como a organização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em partidos e blocos partidários, os quais se situam em oposição ou como apoiadores do governo (Executivo Federal). Neste sentido, argumenta-se que as mais diferentes posições a serem ocupadas nestes espaços - de titulares e suplentes em comissões, de membros das mesas diretoras, líderes partidários, etc. - dependem da adesão do partido de cada parlamentar aos blocos governista ou oposicionista, além das cotas destinadas a cada partido em termos proporcionais. Assim, um partido com mais de

cinquenta deputados teria privilégio em delegar cargos de destaque a seus membros em comparação a uma bancada partidária com dez parlamentares, por exemplo.

Tal como menciona um deputado federal paraibano, opositor em relação ao governo, a respeito das condições de ocupação e circulação (“trânsito”) entre posições no interior do Legislativo e Executivo Federal:

“Primeiro você trabalha aí com dois grandes grupos: oposição e situação. É a base do governo que em tese tem mais trânsito dentro de quem é a base. Você começa a ver as questões partidárias, onde você tem mais afinidade. E você vê aí pela forma como o governo de coalizão é construído hoje, os ministérios repartidos pela conveniência e oportunidade da governante, por indicações partidárias. Logicamente existem ministérios onde você tem mais trânsito e outros não. A posição que você ocupa, se você é um líder, você tem mais trânsito nos ministérios e a questão é realmente de afinidades pessoais.” (Entrevista com deputado federal, DEM/PB)

A despeito da influência e vigência de tais ordens na atribuição de papéis hierarquicamente distintos no Legislativo Federal, transparece mesmo nestes discursos de cunho “institucionalista” (no sentido de atribuir preponderância aos arranjos institucionais na explicação das dinâmicas internas) o reconhecimento da relevância de atributos como afinidades pessoais de diferentes tipos. Assim, não basta pertencer ao governo ou posição, sendo necessário primordialmente garantir proximidade pessoal com lideranças e membros de diferentes órgãos.

É nesta permeabilidade dos arranjos regimentais e de cunho organizacional - partidos, blocos, relação entre Poder Executivo e Legislativo – a princípios de reciprocidade que se insere um mecanismo de conversão do parentesco em recurso social, recurso este identificado como central na garantia de posições privilegiadas a herdeiros de patrimônios políticos no interior do Legislativo Federal. Referido aqui como “herança federal”, este processo de transmissão direta via parentesco para o âmbito federal caracteriza-se por um reconhecimento prévio destes agentes que lhes permite acessos diferenciados a postos e pessoas em função da própria condição de herdeiros. É, em suma, uma demonstração da conversão dos laços de parentesco no decorrer das carreiras políticas, para além do momento de entrada destes agentes na política.

A existência e parte do funcionamento deste mecanismo pode ser bem compreendida a partir do conceito de capital social⁶ tal como descrito por Pierre Bourdieu. Assim como pressupõe esta noção, referente ao conjunto de recursos ligados à posse de uma rede de

⁶ Segundo Bourdieu (1980): “Conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou em outros termos a vinculação a um grupo agentes dotados de propriedades comuns e ligados por ligações permanentes e úteis”.

relações, também os processos de transmissão de heranças no Legislativo Federal e os usos de uma reputação familiar que se transforma em acessos potenciais e reais descrevem uma situação na qual o herdeiro “não tem que relacionar-se com todos os seus ‘conhecidos’, que são conhecidos por mais pessoas do que as que conhecem e que, sendo procurados por seu capital social, e tendo valor porque ‘conhecidos’, estão em condições de transformar todas as ligações circunstanciais em ligações duráveis” (BOURDIEU, 1980, p. 69). Tal como reconhecem e descrevem, a seguir, alguns dos entrevistados:

“Se meu sobrenome faz eu ser uma pessoa conhecida, as vezes de pessoas com espaço e tempo não foi tão longo. Convivo com pessoas aqui que foram contemporâneas de meu pai durante os três mandatos que ele teve aqui e isto as vezes *gera uma oportunidade de um vínculo, de uma relação que se eu não tivesse o sobrenome, não teria*. Me traz vantagens e desvantagens também nas cobranças que eu encaro com naturalidade” (Entrevista com deputado federal, DEM/PB)

“(…) Aqui é inegável que tem uma influência de *você se localizar, de você ser visto*, mas sobre o juízo de valor a seu respeito não tem (influência da) paternidade, não tem. Se você for mais ou menos, você vai ser considerado ruim em comparação com aquele que foi melhor que você que é teu pai, meu pai, no meu caso. Então eu me esforço muito para não ter esta comparação e o meu espaço, com minha personalidade, meu estilo e fazer minha carreira.” (Entrevista com deputado federal, PMDB/MS)

“O fato de eu chegar aqui com um sobrenome, isto me traz prós e contras. Eu diria: ajuda a *abrir portas*? Sim, mas mantê-las abertas se torna um trabalho dobrado, porque é uma cobrança até mesmo no meu caso. Eu cheguei jovem – vinte e sete anos – hoje estou com 34, mais amadurecido, mas você tem uma cobrança de desenvoltura política, de agir como você tivesse uma experiência acumulada no comparativo (com outros parlamentares). Você tem que buscar trilhar seus caminhos e marcar seus espaços e isto acontece de forma gradual. Então em não acho que isto (o parentesco) tem sido o grau definidor no caso dos espaços que eu apesar desta curta carreira já ocupei.” (Entrevista com deputado federal, DEM/PB)

Como ilustram as respostas citadas, o limite do trabalho de acumulação e rendimento do capital social que representa a forma herdada deste capital (BOURDIEU, 1980, p. 69) é reconhecida através de noções como “localização”, “abrir portas”; em suma, de possuir uma certa notoriedade sem nunca ter ocupado mandatos neste espaço previamente.

Grill (2003) observou anteriormente esta possibilidade de “acessos a postos diversos possibilitados pelos vínculos de parentesco que incidem sobre o potencial de trânsito destes agentes no espaço social e político” (GRILL, 2003, p. 119), acessos estes derivados do reconhecimento da reputação familiar e da familiaridade dos herdeiros com o meio político. Nesta mesma constatação e especificamente sobre os acessos e o trânsito entre os pares possibilitado pelos usos do parentesco, Grill notou efeito semelhante ao que transparece nas falas citadas no caso em pauta, ao analisarem as visões de herdeiros de “famílias políticas”

sobre os seus próprios trajetos: uma lógica que transita de uma auto percepção de singularidade perante outros concorrentes, proveniente dos diversos benefícios passíveis de serem adquiridos com a herança política, a uma necessidade de afirmar-se individualmente, de modo a buscar uma “personalidade política própria” (Idem, p. 136-137).

O autor nota que esta busca de auto-afirmação aparece com frequência para assinalar que mesmo tendo sido beneficiados pelos laços de parentesco em suas entradas na política, a continuidade na carreira depende destes esforços de destaque por parte dos próprios herdeiros. Porém, situando as mesmas narrativas sobre os trajetos em um contexto mais amplo de aquisição de competências para a atividade política, nota-se que as principais habilidades políticas mencionadas são provenientes da socialização familiar, reafirmando o peso do parentesco também no período das carreiras.

As especificidades envolvidas no funcionamento deste mecanismo de heranças em nível federal derivam da sua ocorrência em um meio mais especializado de concorrência política e, conseqüentemente, de elementos relacionados a disputas e alianças políticas entre pares, com exigências de legitimidade e tomadas de posição diferentes, embora não completamente dissociadas, das práticas observadas nos processos eleitorais. Assim, nestes contextos, são levadas em conta tanto estratégias que visam legitimidade externa, perante às suas “bases” eleitorais (BEZERRA,1999), quanto a acumulação de notoriedade e acessos entre membros de diferentes bancadas partidárias e estaduais.

Duas conseqüências destas especificidades se apresentam à análise, sendo que a primeira diz respeito às possibilidades e significados dos usos das heranças. No que se refere aos usos do parentesco que visam acessos e trânsito diferenciado no âmbito das carreiras, é um traço comum com herdeiros em outras esferas políticas a relevância que é atribuída também no nível federal às habilidades adquiridas em decorrência da “familiaridade com o meio político” (GRILL, 2003, p. 119) como a capacidade de “articulação” e compreensão do “jogo”. No caso do Legislativo Federal, os esforços se direcionam à aproximação, possibilitada pela referida “localização” que contam por serem reconhecidos como herdeiros de “colegas” atuantes em outras legislaturas, com parlamentares já posicionados nacionalmente no partido e em outras bancadas estaduais. Uma série de fatores demonstram estar em jogo no desenvolvimento da capacidade de ser reconhecido por parlamentares proeminentes como interlocutor legítimo a quem recorrer na obtenção de apoios diversos, sendo a herança um facilitador de aproximação neste sentido, mas não uma garantia: a multiplicidade de lógicas e interesses em disputa dificulta as possibilidades de transmissão direta de posições, e agentes dotados de outros recursos que não o pertencimento a

patrimônios políticos familiares ganham espaço. Como exemplos de lógicas concorrentes apontadas por parte dos entrevistados, é possível destacar como principais exemplos o peso relativo de agentes vinculados a grupos de interesses e parlamentares que se beneficiam da exposição na mídia, o que sugere mais um exemplo dos efeitos da “esfera midiática” enquanto “elemento de complexificação do espaço político (GRILL, 2003, p. 122).

Do ponto de vista de acumulação de capital simbólico, é possível perceber que a construção da reputação e reconhecimento de patrimônios políticos familiares entre pares exige outros modos de trabalho interno que perpassam gerações. Exemplo peculiar deste trabalho simbólico consiste nas diversas formas de culto aos chamados “vultos” da Câmara dos Deputados e do Senado Federal: aqueles “grandes nomes” que são cotidianamente lembrados como “notáveis” no Congresso Nacional, para quem se dirigem frequentemente publicações das editoras da Câmara e do Senado, menções referentes a supostos modelos de conduta nos debates cotidianos, além de terem seus nomes inscritos em espaços físicos (auditórios, memoriais, anexos), por exemplo. No que interessa aos propósitos da pesquisa, é possível perceber que a proximidade com estes “vultos” – ou ainda a aparência conveniente de proximidade - entra como trunfo mobilizável internamente, transmissível via herança, possibilitando aos herdeiros o acesso a posições específicas por meio de relações com figuras-chave, e consagrando o próprio “nome de família” nacionalmente.

A raiz destes processos de consagração de patrimônios políticos familiares e seu funcionamento se encontram nas concepções mais gerais de sociedade e política que circunscrevem as situações em questão, e na lógica dos processos de consagração social e política em geral. Assim como afirma Coradini (1998):

“(…) numa concepção social hierarquizante, não é apenas a atividade política que diferencia, mas a própria sociedade é concebida de modo hierárquico previamente à política e a utilização de recursos para o exercício político pode ser apresentada e vista como a ‘doação’ de alguém *estatutariamente situado num nível mais ‘elevado’*. Com uma concepção de política assim, evidentemente, a *simples posição de destaque nas lutas políticas*, necessariamente, *conduz à consagração como herói*, ao qual os demais estão em ‘débito’ permanente e impagável, logo, eterno” (CORADINI, 1998, p. 232 [**grifos meus**])

“(…) A legitimação e institucionalização de heróis tomam um sentido propriamente político, visto que, ao consagrar-se alguma ‘figura do passado como herói, criam-se as possibilidades de ‘transmissão do carisma’ através da proximidade social e ideológica com o mesmo e, desse modo, é possível disputar-se a ‘herança’ ou os recursos que esta aproximação representa” (Idem, p. 232)

Este reconhecimento é alimentado também em forma de práticas como a menção pública às qualidades de determinado(s) antecessor(s) familiar ao dirigirem a palavra a um herdeiro deste mesmo grupo:

“Por isso, Deputado (...), eu, que tive a oportunidade de conviver com seu pai, uma das grandes figuras deste Parlamento, agora convivo com V.Exa. Portanto, quero dizer da minha satisfação e do orgulho que temos de tê-lo na bancada do nosso partido.”⁷

“Quero cumprimentá-lo, Sr. Deputado (...), que (o senhor) foi muito além do que nós esperávamos. Já esperávamos muito pela sua tradição, pela sua história de família, por ser filho de quem é (...), mas V.Exa. foi muito além disso, surpreendeu-nos com inteligência e criatividade. A sociedade brasileira lhe deve muito, a partir de agora, pelo seu trabalho e esforço. Sabemos que V.Exa. vai poder fazer muito mais ainda por ela nesta Casa.”⁸

“Deputado, também gostaria de enaltecer o trabalho de V.Exa. nesta Casa. Colega que fui também do seu pai, não poderia deixar neste momento de fazer este aparte ao seu pronunciamento para dizer que todos nós temos uma missão. O pai de V.Exa. teve a missão honrosa de aqui representar o Mato Grosso do Sul. E também V.Exa., que tanto trabalhou pelo seu Estado e dignificou esta Casa com a sua posição política, com seus conhecimentos.”⁹

“Obrigado, Deputado. V.Exa. segue a tradição do seu pai, que foi sempre uma referência nesta Casa, um homem de muita fé, de firmeza de caráter, de propostas, que sempre ouvia as posições dos outros, mas apresentava as suas com firmeza e muita clareza. Com certeza V.Exa. estará de volta no início da próxima Legislatura para continuar o trabalho que seu pai aqui fez durante muito tempo.”¹⁰

“Deputado (...), saúdo V.Exa. pela estreia na tribuna; saúdo sua juventude, sua inteligência e sua história. V.Exa. falou sobre o passado de seu pai, Senador (...), que integrou esta Casa e chegou a presidi-la. Abraço-o paraibanamente. Tenho certeza de que, com o seu idealismo, sua inteligência e seu vigor, V.Exa. trará brilho a esta Casa onde todos nós estamos imbuídos do propósito de inovar, como disse. Abraço-o e saúdo-o efusivamente, com orgulho.”¹¹

“(...) Nós, do PFL, estamos orgulhosos de ter em nossos quadros Deputados da sua marca. A fruta não cai longe da árvore: V.Exa. é filho do nosso querido Senador (...). Um grande abraço e todo o sucesso do mundo nesta Casa e na grande estrada que vai percorrer. V.Exa. irá muito longe, onde nem imagina que chegará.”¹²

O caráter performativo com o qual são conduzidos os debates em comissões e em plenário inclui expressões de deferência constante, nas mais variadas matérias em discussão, exaltam determinados atributos do grupo familiar a que pertencem os herdeiros e contribuem para o reforço deste capital simbólico. Nota-se que as referências utilizadas são

⁷ Discurso proferido em plenário. Sessão 387.3.54.O, às 20h28 do dia 26/11/2013.

⁸ Discurso proferido em plenário. Sessão 387.3.54.O, às 20h28 do dia 26/11/2013.

⁹ Discurso proferido em plenário. Sessão 240.4.54.O, às 15h33 do dia 03/11/2014.

¹⁰ Discurso proferido em plenário. Sessão 240.4.54.O, às 15h33 do dia 03/11/2014.

¹¹ Discurso proferido em plenário. Sessão 003.1.53.O, às 15h40 do dia 07/02/2007.

¹² Discurso proferido em plenário. Sessão 003.1.53.O, às 15h40 do dia 07/02/2007.

majoritariamente “internas”, remetendo justamente ao percurso dos ascendentes nos espaços de poder nacionais.

Além da constância desta prática em temas gerais, o ápice destes rituais de consagração e reconhecimento de patrimônios políticos familiares no Legislativo Federal ocorre nas sessões solenes, as quais se destinam a “realizar comemorações, homenagens especiais ou recepção de grandes personalidades”¹³ e não dependem de número mínimo de deputados para serem iniciadas. Especialmente nas sessões solenes destinadas a lembrar datas como falecimento, centenários de nascimento, mencionam experiências compartilhadas no Congresso em outras legislaturas e associam-nas a características morais elevadas, contribuindo para atualizar, entre si, vínculos de referência e lealdade. É o que ilustram, por exemplo, as manifestações a seguir, oriundas de diferentes sessões solenes (uma cerimônia de centenário de nascimento e duas cerimônias na ocasião de falecimentos de ex-parlamentares, respectivamente) e dirigidas aos herdeiros de cada um dos homenageados em cada sessão:

“(...) quero, da mesma maneira que meus colegas estão fazendo, não só vaticinar a sua carreira brilhante, como me recordar, com saudade, do seu querido pai, de quem fui colega no Congresso Nacional. Àquela época, eu estava no Senado Federal, e tivemos vários encontros, fomos colegas e correligionários. Tenho certeza de que ele deixou marcas indeléveis na personalidade de V.Exa.”

“Oh, Ricardo, que maravilha vê-lo brilhando nesta tribuna maravilhosa da Câmara dos Deputados! Eu me lembro, de maneira saudosa, do homem público que foi seu pai. Eu, que também fui colega dele, posso dizer-lhe: quanta saudade, mas quanta alegria em ver V.Exa. brilhar nesta Casa! Meus parabéns.”

“O Fabio sabe da admiração que eu tenho, já como algo hereditário, porque eu conheci o seu pai, de qualidade técnica e moral que o seu pai tinha, que nos orgulhava em sermos considerado amigo dele (...)”

Uma observação necessária é ressaltar que a inscrição destes elementos de consagração como rotinas e a sua mobilização por parte de grupos e agentes os mais socialmente distintos está associada também ao imperativo da reciprocidade vigente no âmbito parlamentar, corroborada através da percepção generalizada destes imperativos nos termos de uma obrigação moral: “trocam-se” requerimentos de sessões solenes tal como apoios em projetos de lei e indicações para cargos diversos.

Os processos de consagração social de “grandes nomes” e patrimônios políticos familiares a eles associados no contexto de espaços políticos ditos “centrais” ressalta ainda uma segunda especificidade dos processos de transmissão das heranças nestes espaços, qual

¹³ <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/sessoes-do-plenario>. Acesso: 23/10/13.

seja: a relativização da circunscrição territorial como componente central de um patrimônio político familiar¹⁴. Justamente pelo reconhecimento estar baseado em lógicas fortemente internas, o território em si figura como um componente entre outros nas estratégias de legitimação e consagração da reputação entre pares. Fala-se em relativização e não supressão porque o território não deixa de ser referência importante nos embates nacionais entre pares, e principalmente porque os ganhos simbólicos adquiridos no âmbito das esferas de poder centrais figuram entre os principais trunfos revertidos em ganhos diversos no patrimônio político familiar em âmbito local.

Assim, além das atividades mais valorizadas pelos parlamentares no Legislativo Federal como a mediação entre suas localidades (estados, regiões dos estados e municípios) e o poder central e a intermediação de outros interesses diversos (BEZERRA, 1999), a “herança federal” é um exemplo de dinâmica que ressalta o lugar destes espaços políticos nacionais nas estratégias mais amplas de acumulação de capitais por parte dos parlamentares. Neste caso específico que representam os herdeiros de patrimônios políticos familiares, o investimento em um trabalho interno simultâneo de ampliação do capital social familiar e consagração da reputação entre os pares se mostram especialmente relevantes para as possibilidades que serão abertas para a presente geração na política e aos descendentes.

Tais processos de transmissão de heranças no Legislativo Federal salientam a força do parentesco na produção e reforço destas formas de lealdades, demonstrando a eficácia e legitimidade da conversão de um vínculo preexistente em recurso social mobilizável para além das dinâmicas eleitorais, figurando de modo proeminente também nas interações entre os “profissionais”.

2.2. Parentesco e os usos da “expertise”

A despeito da força de determinados mecanismos de transmissão de heranças políticas em nível federal, demonstrados na seção anterior, é necessário salientar que as especificidades impostas por estes níveis mais especializados de concorrência política relativizam, em parte, supostas garantias que se apresentariam aos agentes considerados. Para os casos aqui analisados, é na afirmação, por parte dos herdeiros de patrimônios políticos familiares, da necessidade de trilhar um “caminho próprio” nas carreiras políticas que se descortinam alguns exemplos específicos de estratégias de legitimação das próprias posições e cargos políticos

¹⁴ A associação entre patrimônio político familiar e território no estudo de heranças políticas foi apontado por, entre outros, Laurent (1992), Briquet (1992), Abélès (1992) e Grill (2003).

ocupados, além da própria posição enquanto herdeiros.

Entre este conjunto de estratégias, se destacam os usos dos chamados recursos de *expertise*, como os títulos escolares e sua relação com ocupações diversas. Se mostra relevante na compreensão das lógicas de ação e estratégias de legitimação um olhar para os diferentes modos de conceber, entre os herdeiros, as relações entre profissão e título escolar com a atividade especificamente parlamentar, mas também com a atividade política em geral. Socialmente vinculada a ideais como “capacidade técnica” e “competência”, a aquisição de um título escolar se mostra fundamental para a quase totalidade dos deputados federais e senadores. A valorização deste título, por sua vez, está associada a profissões socialmente superiores em termos de prestígio e/ou rendimentos tais como os títulos de direito, medicina, engenharia e profissões (declaradas) como empresário, administrador de empresas, produtor rural, professor, etc.; em suma, espelham-se em critérios de excelência social. Entretanto, deter um título difere bastante dos múltiplos usos a ele associados. No caso de “homens políticos”, transparece com frequência a politização destes usos, feita de distintas formas a partir da relação com trajetos específicos, e figurando como um eficiente recurso de legitimação de posições políticas ocupadas.

Cabe ressaltar que o plano de fundo do caráter destas relações entre escolaridade, parentesco e política nos casos em questão se assemelha ao diagnóstico apontado por Coradini acerca de uma relação com o espaço escolar “mais instrumental do que pela sua inserção em racionalidade e *ethos* próprios” (CORADINI, 1997, p. 428). Isto se apresenta em contextos nos quais, na ausência de equivalência entre título escolar e posição social/profissional, o valor real do título figura como resultado da inserção de seu portador em determinados conjuntos de relações de reciprocidade, adquirindo sentido somente na relação com outros títulos e posições (Idem, p. 435).

Neste sentido, há maneiras sutilmente diferenciadas de mobilizar o título escolar com fins de legitimação, decorrentes dos recursos sociais com os quais podem contar determinado agente e seu grupo familiar. As variações apresentadas aqui vão desde aqueles que possuem um título citado como profissão declarada em suas biografias, mas sem qualquer identificação mais profunda e sem menção a este fator na carreira política, até aqueles que, tendo exercido ou não uma atividade profissional, mobilizam de algum modo a formação escolar em seus trajetos como os principais trunfos que possuem. Em comum, entretanto, guardam o fato de terem fins de legitimação e seus usos estarem sempre conjugados com relações não profissionais com a atividade em questão, isto é, transcenderem as fronteiras da atividade profissional propriamente dita, politizando-a (LAGROYE, 2003, p. 360).

Como exemplo da primeira variação mencionada, o depoimento de um senador paraibano com longa experiência em cargos eletivos, eleito deputado federal pela primeira vez aos 23 anos de idade, questionado acerca dos trunfos valorizados no âmbito do Legislativo Federal para a ocupação de posições de poder:

“quem tem uma formação jurídica agora, por exemplo, como membro da Comissão de Constituição e Justiça aqui no senado e tem uma formação jurídica, eu *não sou jurista mas sou um advogado* inscrito regulamente na OAB, termina tendo um pouco de vantagem. Mais pelo fato de ter sido 03 vezes prefeito, ter sido 02 vezes governador, você passa a ter uma visão muito ampla de vários temas e ai é a *estrada da vida, é o conhecimento, é a experiência mesmo no viver o dia a dia da sociedade que lhe traz uma bagagem de experiência que lhe ajuda no desempenho do mandato.*” (Entrevista com Deputado Federal, DEM/PB [**grifos meus**])

Concepção semelhante transparece na fala deste ex-senador nomeado como ministro que, mesmo ingressando na política eletiva a partir dos 36 anos de idade, após ter atuado profissionalmente como professor universitário, concebe de um modo bastante particular a formação escolar:

“(...) a universidade é muito importante para a formação do pensamento político e de cerceamento das atitudes que você pode tomar na vida politicamente. Você tem que tomar partido, tem que tomar posições, posições que são as vezes polêmicas no meio que você vive, mas que ali é um aprendizado. Acho que a universidade é um grande aprendizado para o mundo político”. (Entrevista com ministro, ex-senador, PP/BA)

Como é possível perceber, mesmo quando mencionado como referência de trunfo na carreira política, o título perde em relevância: o que transparece no discurso é a valorização da experiência política (“estrada da vida”) ou, como no segundo depoimento, a própria experiência escolar é vista como “aprendizado para o mundo político”.

É importante salientar, porém, que tal uso da titulação escolar não é exclusivo desta modalidade de trajetória política, estando presente também em parlamentares que passam a investir em títulos escolares desta natureza com o mesmo intuito de legitimação já em períodos posteriores da carreira. Este é o caso, por exemplo, de alguns agentes com entrada na política a partir da via militante em sindicatos e movimentos sociais, sem herança política familiar e que não possuíam títulos escolares de nível superior em seus primeiros mandatos eletivos, mas que os adquiriram posteriormente. Entretanto, o que a pesquisa demonstra ser característico dos herdeiros neste período, mesmo dos que entraram na política eletiva ainda entre as décadas de 1970 e 1980 e que continuam em atividade, é a ocorrência mútua da detenção do título escolar no período imediatamente anterior ao ingresso na política eletiva e o referido uso com fins de legitimação.

A compreensão dos usos da formação escolar entre os herdeiros se torna mais complexa quando tratamos daqueles que a mobilizam de modo mais direto, que se identificam com determinada profissão e reivindicam a si próprios uma correspondente expertise. Neste caso, quando a atividade profissional foi efetivamente exercida, os meios de acesso a ela derivam frequentemente de influências (materiais, “vocacionais”) familiares e a atuação foi vinculada diretamente ao mundo da política. Assim, tomando o caso de um deputado federal sul-mato-grossense proveniente de uma família com inserção privilegiada nos meios político-eletivos e jurídicos no estado de origem, ficam claras as relações combinadas entre usos da *expertise* e parentesco.

Deputado federal em seu segundo mandato, neto de imigrante libanês que se destacou no comércio e posteriormente alçou ao posto de cônsul honorário do Líbano em seu estado. O grupo familiar do parlamentar em questão ilustra um perfil de ascensão social comum a imigrantes árabes e seus descendentes em outros estados do Brasil, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas e Ceará: uma primeira geração que prosperou no comércio e, ao estabelecer-se economicamente, permitiu aos seus descendentes da segunda geração o acesso a títulos escolares socialmente valorizados como medicina, direito e engenharias¹⁵. Essa segunda geração é também a primeira a ingressar, posteriormente, em atividades político-eleitorais.

A entrada do grupo familiar na política se dá por meio do pai deste parlamentar, bacharel em direito pela UERJ que, após e durante a atuação como advogado criminalista, professor de direito penal e procurador, alcançou ao longo da carreira política os cargos de vice-prefeito da capital do estado, deputado estadual por dois mandatos e deputado federal por cinco legislaturas consecutivas. Com os direitos políticos cassados pelo regime militar em 1964 por dez anos, consagrou-se como “defensor da democracia e do estado de direito”. Além da experiência profissional como docente na área de direito e nos cargos jurídicos supracitados, é relevante mencionar sua participação como titular de uma das mais importantes comissões da Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) – tendo em uma ocasião ocupado a terceira vice-presidência, além de segundo-vice-presidente de uma comissão especial para a Reforma do Judiciário e segundo-secretário da prestigiosa Mesa Diretora da Câmara por um período de aproximadamente três anos. Deste modo, o que mais se associa à imagem que produziu em torno de si, na visão de apoiadores e colegas de diversos partidos, são as ideias de “seriedade”, “ética” e “notável

¹⁵ A este respeito, ver Truzzi (1992). Sobre o caso paulista, cf. Truzzi (2008). Para o caso gaúcho, ver Grill (2003).

saber jurídico”.

Com a declaração de aposentadoria do patriarca, honrar o cobiçado patrimônio familiar na Câmara dos Deputados coube não aos filhos mais velhos e politicamente mais experientes, mas a Fabio, que nunca havia disputado uma eleição para cargos públicos municipais, estaduais ou federais. Argumentamos aqui que esta sucessão familiar figura como exemplo central para entender as relações entre a mobilização de *expertise*, as exigências maiores de legitimação em determinados espaços políticos e usos do parentesco neste contexto.

O parlamentar em questão, Fabio, filho homem mais novo de um total de três filhos e duas filhas do patriarca, demonstra por uma série de motivos ter sido conduzido como o mais adequado para figurar como “herdeiro nato” do pai no espaço que projetou nacionalmente o grupo familiar: a Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar está o efeito de *fratria*, comum a grandes famílias ligadas ao poder. Este consiste em uma espécie de “divisão do trabalho” familiar no qual cada membro ocupa posições em diferentes espaços, o que favorece acúmulo ainda maior de capital na forma de relações de amizade, reciprocidade e alianças políticas; além disso, como ressaltamos anteriormente a partir de Bourdieu (1989, p. 416), a presença em múltiplos espaços atua de modo a tirar o máximo de benefícios possíveis de todos eles e resistir com força aos revezes vivenciados em outros contextos. No caso de Fábio, a divisão em termos de postos públicos-eletivos consistiu previamente em um irmão como prefeito da capital do estado, outro irmão como vereador e posteriormente deputado estadual e o já citado pai na Câmara dos Deputados, cargo que ficaria vago com sua aposentadoria. Havia necessidade de ocupar este espaço com um membro de confiança e capacitado deste núcleo familiar, restando a Fabio, “advogado militante e professor universitário”, a tarefa de constituir-se simultaneamente como herdeiro legítimo de um grupo familiar e representante político de um estado no Legislativo Federal.

Mesmo em um contexto social distante daquele mencionado em países centrais, nos quais teria grande força simbólica o modo de reprodução escolar dos grupos dirigentes, a construção de uma candidatura legítima no caso em questão perpassa a aquisição de legitimidade escolar; especialmente no caso do grupo familiar em questão, dado que a consagração do patriarca na política ficou marcada por signos relacionados à alegação de *expertise* jurídica. Muito embora os outros irmãos tenham igualmente alcançado, antes de Fabio, títulos importantes em termos de legitimação escolar – o mais velho formou-se em Medicina e o segundo irmão também em Direito, ambos por universidades conceituadas no Rio de Janeiro – é Fábio quem investe na construção de uma biografia marcada pela *expertise*

e conhecimento amplo na área do Direito: graduação em universidade no Rio de Janeiro, região distante do seu estado e no centro cultural e econômico do país; dez anos de docência nas melhores faculdades e pós-graduações em Direito do seu estado; criação de um instituto jurídico que objetiva, em suas palavras, a formação de “núcleos pensantes” em direito penal no estado; além da participação de dezenas de congressos, simpósios e palestras na área.

“Quando eu cheguei aqui, eu era conhecido como o filho do Nelson Trad, agora se meu pai tivesse vivo ele seria visto como pai do Fabio. Sabe, porque meu pai sempre ensinou: ‘vocês (os três filhos homens) vão estudar no RJ, façam uma faculdade no Rio, saiam de minha sombra’, e os três foram eleitos oradores de suas turmas com votação, sem proteção de nada, pelo estudo, pela dedicação pessoal.” (Entrevista com Fabio, Agosto/2013)

Diferentemente dos irmãos, cujos percursos deram-se desde cedo a partir do mundo estritamente político dos cargos públicos municipais e estaduais, as credenciais detidas e mobilizadas por Fabio para entrada na política eletiva são marcadamente escolares e vinculadas ao exercício de profissões jurídicas:

“Quando fui presidente da OAB, as pessoas diziam assim: É mais ele é filho de político e eu dizia não. Meu pai não deu 10 anos de aula no meu lugar. Meu pai não fez 280 juris no meu lugar. Meu pai não advogou na área criminal mas tinha processos no meu lugar. E ele é meu pai. Eu não posso execra-lo de ser meu pai. Isto é uma contingência biológica.” (Entrevista com Fabio, Agosto/2013)

Não obstante, o próprio faz questão de subscrever em todo seu percurso escolar e profissional um componente não-escolar e não-profissional em sentido estrito, mas fundamental para a legitimação de suas futuras posições: a condição de liderança e “destaque” em cada atividade exercida, ou ainda a associação feita de forma personalizada a “grandes nomes” da área do direito. É assim que podem ser interpretadas, por exemplo, as menções do parlamentar à sua condição de orador da turma na ocasião de sua formatura em direito e aos professores ilustres de quem foi aluno e monitor (segundo ele, “todos autores de obras jurídicas nacionalmente prestigiadas”).

No que diz respeito diretamente aos processos político-eleitorais referentes à candidatura de Fábio, além da base ampla de apoiadores reunidos pelo grupo familiar e partido político, o que o projetou para candidatar-se diretamente ao disputado cargo de deputado federal em termos simbólicos e de constituição de sua própria imagem demonstra ter sido a ação empreendida por ele quando presidente da OAB estadual: a cassação da aposentadoria vitalícia de um ex-governador do estado.

Embora nascida de um ataque político, ou seja, de cunho pessoal, ainda que exercida a partir de espaços e mecanismos formais, a um poderoso desafeto de seu grupo familiar, esta atitude de uma entidade de organização de interesses capitaneada por Fábio não foi vista como tal: foi antes mobilizada e ganhou um contorno fortemente moralizante, “ético”, “justo”, de “economia dos cofres públicos”. Os ganhos políticos deste processo derivaram enormemente da ação bem sucedida de dar repercussão nacional ao caso graças à posição da OAB nacional e de outras regionais em estender a ação por todo o país, colocando o estado nos holofotes da “moralização política” no Brasil no período e, conseqüentemente, dotando Fábio de ampla visibilidade positiva. Ao mesmo tempo em que fomentou a reputação e biografia de Fábio em termos pessoais, possibilitando-o justificar um percurso “próprio”, o caráter que essa repercussão assumiu traz afinidade com o capital simbólico do pai, consagrado ao longo de sua vida como “defensor da ética e da justiça”.

Reconstituindo assim alguns elementos da trajetória de Fábio, percebe-se um complexo sistema que envolve a mobilização dos vínculos de parentesco na aquisição de competências escolares, capital social e conhecimento sobre as dinâmicas político-eleitorais; o acúmulo deste volumoso capital de relações sociais herdado e realimentado constantemente, visualizado a partir do efeito multiplicador que este capital exerceu no rendimento das competências escolares adquiridas: convites para lecionar em importantes centros de ensino superior do estado e a facilidade de trânsito profissional desde o início da carreira como advogado, culminando no convite para formar chapa vitoriosa na entidade de classe estadual que por sua vez forneceu cacife próprio para construir candidatura viável para a Câmara dos Deputados. Deste modo, patrimônio político e de relações sociais herdados por grupo familiar, os investimentos escolares, organizações de interesses profissionais e dinâmicas político-eleitorais se cruzam nesta trajetória singular, ilustrando um exemplo da complexidade que permeia as bases da legitimidade política em contextos periféricos.

Os usos e justificações com base em recursos de *expertise* representam, portanto, possibilidades de sucesso importantes frente a ameaças de desclassificação social. Para compreender este fato é preciso, por fim, situar sua reconhecida validade e eficácia em um contexto mais amplo, relacionando-as às exigências de legitimação caras aos processos de concorrência política, sendo esta validade e eficácia maximizadas justamente quando uma afinidade de disposições ocorre, como no trajeto do grupo familiar de Fábio. Neste caso, registra-se que os usos destes recursos são representativos não só de um trunfo político, mas de profunda assimilação e consolidação de um modelo de condutas, tal como afirma Grill (2007):

“Aqueles que são submetidos à concorrência dos novos protagonistas originários de distintos segmentos sociais são conduzidos a um processo de seleção endógena e de especialização na política. (...) os laços de parentesco entre “homens políticos” e os títulos escolares legitimam as posições políticas e as modalidades de atuação que compõem o modelo de condutas que pretendem encarnar e consolidar” (GRILL, 2007, p. 108)

2.3. Trunfos “pessoais”

Em grande medida, é possível encontrar nas características “pessoais” mencionadas pelos entrevistados e presentes em suas biografias princípios que podem ser descritos de modo semelhante ao que Bailey (1971) denomina “política das reputações”. O autor define o fenômeno social constante da “política de reputações” como a política que diz respeito “ao que significa ter um ‘bom nome’; a ser socialmente falido; a fofocar, insultar e demonstrar superioridade perante outros; resumindo, [diz respeito às] regras de como jogar o ‘jogo social’ e como vencê-lo. Isto não é somente uma questão de como rebaixar socialmente as pessoas; é preciso saber também como influenciá-las e como fazer amigos” (BAILEY, 1971, p. 2-3). As falas dos deputados federais e senadores a seguir fornecem exemplos da aprendizagem deste “jogo” no Legislativo Federal brasileiro. Questionados a respeito do que é necessário para ser bem sucedido em meio aos seus pares, os parlamentares enumeram, além dos elementos descritos anteriormente relacionados à expertise e posição no sistema de bancadas político-partidário:

“Tem vários ingredientes, desde a questão do carisma e aproximação pessoal mesmo, estabelecendo relação de confiança com a apresentação de resultados em missões dadas (...) então confiança é algo que se conquista, não é automático. E no desempenho do dia a dia é capaz de você ascender um grau de confiança diferenciada por parte do líder, seja uma relação pessoal que já existe, você tem mais intimidade, mais aproximação com determinadas pessoas ou às vezes você faz parte de grupos, interpreta quando há disputas” (Entrevista com Deputado federal, DEM/PB)

A questão da simpatia tem a ver, do bom trato, de fino trato, isto é um fator essencial. O trânsito entre os partidos, você saber dialogar, você saber ouvir, você se deixar convencer quando você não tem razão, não pode bater na mesa e dizer não. (...) Então uma série de circunstâncias pessoais.” (Entrevista com Deputado federal, PMDB/MS)

“Eu diria que primeiro a relação de confiança, a confiança é tudo na atividade política, ou seja, ninguém é obrigado a fazer qualquer tipo de acordo. Feito o acordo, é importante que seja cumprido” (Entrevista com Senador, PSB/DF)

Se você que ser um político atualmente, (é preciso que) os seus colegas reconheçam que você é

atuante, que você age com seriedade, tem a palavra no cumprimento dos acordos políticos do seu estado, tanto nas tribunas e nas comissões está sempre apresentando as suas opiniões (...) a articulação política envolve acima de tudo, a meu ver, você *ter um patrimônio atrás de si*. Acho que depende de cada pessoa, na forma que a pessoa atua em seu meio. Se você tem uma boa relação com seus colegas, com os partidos políticos, não é radical, intransigente, tem que ceder algumas coisas. Isto aí não é uma prova de comodismo, é uma prova de entendimento, de compreensão, que nem tudo mundo pensa igual a você. Ninguém é dono da verdade nesta casa. Todo mundo se considera um líder. Quem chegar aqui no senado federal e pensar que foi governador, foi ministro de estado e vai dominar os colegas está redondamente enganado. Isto tem que ser através de uma conversa cordial de modo que você possa transmitir respeito e solidariedade nas horas difíceis, nas horas em que o colega às vezes precisa de apoio de você em um projeto (...) (Entrevista com Senador, PSB/SE)

“Atributos pessoais de cordialidade, de simpatia, de fidalguia no agir mas principalmente respeito político. Aqui se tolera tudo menos a deslealdade e o descumprimento de um acordo. Aqui o que é acordado tem que ser cumprido, então você pode ser alguém de direita e ter relação inclusive com núcleos da esquerda e vice versa, desde que você tenha este conceito de respeito. Então eu acho que é preciso ter estes predicados naturais na vida humana. Alguns parlamentares são mais fechados, são mais introspectivos, outros são mais abertos, expansivos, simpáticos e extrovertidos. Estes por sua própria natureza conseguem um nível de relação mais amplo.” (Entrevista com Senador, PSDB/PB)

Jogar com franqueza, todo mundo que tá aqui já tem vivência, ainda mais no senado, olhar no olho, teus atos, a palavra empenhada é fundamental: falar, cumprir se você tem uma por isso que é bom pensar até 10 antes de dizer uma frase, não voltar atrás, conversar menos às vezes mas com conteúdo com fundamento, respeito a coisa pública, transparência (Entrevista com Senador, PMDB/SC)

No caso em pauta, a característica que se sobressai a respeito da aprendizagem do “jogo político” é o próprio imperativo da reciprocidade e dependência mútua inerentes à vivência no meio parlamentar. Tal como demonstrado em estudos anteriores (KUSCHNIR, 2000; BEZERRA, 1999), para além de normas regimentais das instituições legislativas e ideais normativos de comportamento supostamente desejável da “classe política brasileira”¹⁶, são estes princípios que fundamentalmente regem as interações e grande parte das atividades parlamentares tanto no nível local quanto federal, delimitando formas de agir legítimas cujo aprendizado se mostra essencial para aqueles agentes que pretendem triunfar nestes espaços.

Kuschnir (2000, p. 51-53) ressalta esta mesma interdependência como princípio de sobrevivência política entre vereadores da câmara municipal do Rio de Janeiro em suas ações cotidianas, sendo o “bom trânsito” e a capacidade de cumprir acordos os valores básicos relacionadas à esta interdependência. Neste sentido, leva-se sempre em conta que agir com solidariedade, tolerância às diferenças é equivalente a agir em conformidade com as expectativas internas de seus pares.

Os recursos definidos como “pessoais” pelos parlamentares remetem a um traço

¹⁶ A referência aqui está no debate pautado na ciência política brasileira em torno dos chamados “estudos legislativos”, cujo pano de fundo neoinstitucionalista enfatiza diretrizes regimentais e transparecem expressões e preocupações essencialmente normativas como “entraves da democracia” e “defesas” do “presidencialismo de coalizão”.

comum nos processos de reprodução de grupos dirigentes: o “saber-fazer” (*savoir faire*) político. A aprendizagem deste recurso é reconhecida pelos próprios agentes e foi abordada especificamente em outros estudos como relacionadas à constituição e reconhecimento da vocação política (CANEDO, 1991, 2002; GRILL, 2003); como sintetiza Grill (2003, p. 117), “o trabalho de memória familiar, a aquisição de uma familiaridade com os lugares e com as linguagens do espaço político e a construção de uma identidade social são resultados de um longo trabalho de conversão de imperativos ligados às estratégias globais de reprodução de um grupo familiar em uma ideia de ‘vocação pessoal’”. Assim, este recurso diz respeito à maneira de se inserir em espaços de dependência mútua permeados por conflitos diversos, nos quais as características “pessoais” de convívio são simultaneamente herdadas mas também ampliadas no âmbito da própria vivência dos herdeiros nestes espaços.

3. Construção e legitimação da “herança política”: o parentesco na política como objeto de disputas simbólicas

Esta seção se dedica a apresentar os modos por meio dos quais os parlamentares legitimam não somente a posição de poder ocupada em suas carreiras políticas, mas a condição específica de estarem ligados a um patrimônio político familiar e os princípios subjacentes a tais estratégias de legitimação.

A legitimação da posição de herdeiro político, de beneficiário dos trunfos envolvidos nesta transmissão, remete à própria visão de política dos agentes em questão. Por um lado, especialmente em membros de famílias há mais tempo no exercício de atividades de representação política, a mobilização de uma suposta condição de “dever” que a condição de herdeiro de notável implica.

Traçando um paralelo com o que foi identificado a respeito de famílias da antiga nobreza na França, observa-se de modo análogo nestes casos um efeito de *noblesse oblige*: uma visão de que a condição de nobre impõe a seus detentores não somente privilégios mas, principalmente, obrigações que se traduzem em planos tão distintos como a política (como no paternalismo exercido no poder local) e sistemas de valores morais (SAINT-MARTIN, M., 1993, p. 26; p. 132). Longe de se reduzir a um mero discurso, a afirmação de superioridade por parte de membros da antiga nobreza francesa e seus herdeiros comporta a manutenção e transmissão de costumes, atividades e empreendimentos centrados na aprendizagem da diferença e na vivência de atividades pretensamente “desinteressadas”, conformando um estilo de vida separado e reservado.

Assim, ainda que dotados de traços distintivos próprios e sem se constituir como um grupo social plenamente identificado entre si¹⁷, figura também entre os parlamentares desta amostra a reivindicação de autoridade “por direito” e implicando em “dever”. Em especial nos herdeiros de famílias há mais tempo no poder, este direito-dever seria adquirido por serviços prestados há gerações em algumas localidades e frequentemente vinculado não a interesses particularísticos do grupo familiar, mas a um ideal de solidariedade, doação, missão em relação a determinadas coletividades. Presente em várias respostas nas entrevistas, geralmente acompanhando a narração do respectivo histórico familiar em atividades políticas, este ideal de doação e “desinteresse” pode ser aqui sintetizado na frase proferida por um senador (PSDB-PB), atribuída a seu falecido pai como um ensinamento que carrega consigo em toda a sua carreira: “política se faz como um sacerdócio, não como um negócio”.

Por sua vez, os argumentos de legitimação da transmissão direta de patrimônio político familiar mais frequentemente mobilizado entre os entrevistados é a ideia de “naturalidade” do parentesco nas atividades profissionais. Este consiste na compreensão de que a influência e expressão do parentesco nas atividades políticas é uma espécie de extensão “natural” da herança de “aptidão” em outros domínios de atividade, com a diferença de que no caso da política existe a exigência específica de legitimidade que limita a transmissão direta: o fator eleitoral. Isto fica claro nas respostas de dois parlamentares, ambos pertencentes ao mesmo estado da federação mas de diferentes gerações e grupos políticos, acerca de suas percepções sobre parentesco na política:

“Ora, estas influências [relativas ao parentesco] existem em qualquer categoria, em qualquer setor, em qualquer segmento. Ela é da natureza humana. Quando você nasce, você não está predestinado a ser médico, advogado ou político. Não há esta predestinação. Mas eu observei isto em todas as atividades. Nas artes, por exemplo, são todos filhos de artistas que estão estreando nas novelas pela presença do pai, na música, na advocacia são quantos advogados que os filhos seguem a carreira do pai. Os médicos, engenheiros, é natural, então na política não é diferente. Então você tem este fenômeno em todas as atividades. (Entrevista com Senador, PSDB/PB)

“É natural que exista uma parcela de representantes que tenha esta tradição dentro da política como existem nas outras profissões. Como a política é a que gera notícia ou acompanhamento mais próximo, as vezes aquele filho do político que segue ganha um protagonismo que um filho de um médico que segue. (Entrevista com Deputado Federal, DEM/PB)

Estas estratégias de legitimação do parentesco por meio do apelo à naturalidade e, conseqüentemente, da legitimidade deste laço em outras situações sociais para além da política, podem ser interpretadas à luz do que Briquet (1995, p. 75) subscreve a respeito de

¹⁷ Sobre a heterogeneidade de “herdeiros políticos” no Brasil e a conseqüente limitação em estabelecer tal comparação com o caso da nobreza francesa estudada por Saint-Martin, ver Grill (2003, p. 65-66).

práticas políticas ditas “oficiosas” ou “não-oficiais”, como o clientelismo político. Nesta acepção, como no caso em pauta, os modos de ação e justificação das práticas adquirem significados próprios para os envolvidos, incapazes de serem adequadamente apreendidos a partir de uma concepção unívoca de modernidade, sob o risco de apenas reproduzir uma denúncia ao invés de compreensão. Sendo assim, a reprodução de um grupo familiar em posições de poder ao longo de gerações, efetuada por meio dos diversos mecanismos de reprodução envolvidos que favorecem tais grupos em detrimento de postulantes com outros *backgrounds*, pode ser representada como não apresentando grandes incongruências com ideais de democracia e modernidade política vigentes, dado a legitimidade generalizada destes meios de reprodução na sociedade em questão. Porém, os mesmos parlamentares fazem um adendo a esta ideia de naturalidade ao situar o que consideram uma especificidade da transmissão familiar no caso dos espaços políticos:

(...) Então a política é diferente (da reprodução familiar em outras esferas profissionais) com um detalhe: é a única atividade que exige o voto. Não basta ser filho de fulano. Tanto é que temos casos que filhos que tinham pais ilustres e não tiveram desempenho, não tiveram brilho, não tiveram espaços que os antepassados conseguiram. Então este fenômeno é da natureza humana, daqui e de qualquer parte do mundo. Com esta peculiaridade: é o único que você tem que ter o crivo do voto popular para poder prosseguir.” (Entrevista com Senador, PSDB/PB)

Assim, assumem que alcançaram as suas posições não só em função da naturalidade adquirida com a herança política familiar, mas também por contarem com a aprovação popular exigida em contextos democráticos. Entretanto, dado que a entrada e permanência destes grupos familiares em espaços políticos locais ou nacionais é assegurada por uma série de vantagens em relação a concorrentes não-herdeiros – a socialização familiar favorável a formação de uma “vocação política”, o trânsito em espaços políticos facilitados pelo capital de rela oes sociais e pela reputa o herdados, além da própria reputa o familiar como capital simbólico importante em diferentes esferas – fazer o apelo às posi oes ocupadas anteriormente pode ser um trunfo facilmente mobilizável entre estes “notáveis”. Com esta posi o, ilustram assim outra invariância importante entre herdeiros de patrimônios políticos familiares: a legitima o a partir da men o às conquistas políticas anteriores próprias e dos seus antecessores familiares. Lançando mão desta orienta o, a reputa o do grupo familiar   reforçada ao longo de gera oes e os postos ocupados por diferentes meios se justificam por si mesmos, configurando exemplos semelhantes aos que Grill caracterizou como “circuitos de retroalimenta o da notoriedade familiar”, delineados justamente por estes “processos de ‘sucessões’ e de ‘transmissão de heranças’” (GRILL, 2003, p. 122-123).

Além da naturalidade com a qual é tratada a questão do parentesco na política como extensão do parentesco em outras esferas profissionais, também afirma-se entre os parlamentares entrevistados uma ressalva quanto a legitimidade da presença e influência do parentesco na política no âmbito nacional. Esta se traduz numa tentativa de enquadrar o parentesco na política à luz da representação corrente de subdesenvolvimento, restrita a dinâmicas locais e a regiões específicas do país; externo, portanto, a trajetórias familiares na política com outras supostas especificidades, tal como procuram argumentar nas falas a seguir:

“Eu acho que equívoco é quando isto não é natural e alguém, apenas para ganhar espaço, elege mulher, elege filha, só para ocupar espaços e somar poder. Quando é natural, alguém tem uma vocação, isto é normal, isto é natural, vai haver sempre. Eu particularmente, eu tenho 06 filhos e nenhum desenvolveu o gosto pela política nem eu impus para ter domínio, para ter herança política. (...) Fazer como herança política não é herança. Ela só é herança se for natural.” (Entrevista com ministro, ex-senador, PP/BA)

“Hoje ainda existe bastante forte no Brasil, que é algo eu diria mais artificial. E é por isto que o povo vai ainda muito nisto, muitas vezes o povo mais humilde em função dos apadrinhamentos, em função do fisiologismo, em função de uma política de troca, (...) por favores, dívidas, aí passa de pai para filho, mas eu diria que na medida que a instrução chega isso acaba. O fisiologismo ainda é muito forte no norte e nordeste principalmente, mas a tendência é de começar a cair. A espécie de nepotismo que tem relação com o fisiologismo está caindo. A legislação já começa a apertar, estamos alterando. Já há uma pressão da sociedade, no mesmo caminho que a consciência política avança, a educação e a cultura avançam, essa prática começa deixar de ser moda” (Entrevista com Senador, PMDB/SC)

“Aquela pessoa desde pequena já vive, compartilha, não é artificial. E se essa ‘escola’ [patrimônio político familiar] que o menino começou a frequentar é boa, há uma tendência de continuar. Isso existe sem dúvida, a pessoa distribuiu bem o bem do conhecimento de fazer as leis que beneficiam todos, então essa herança vem para os seus mas vem também para o conjunto da sociedade. Isso de herdar e colocar mulher, filho, etc. não é bom, mas essa ‘escola’ boa é algo positivo.” (Entrevista com Senador, PMDB/SC)

“(...) temos um “recall” muito forte no sentido de respaldo, aquela imagem de seriedade na política, um perfil diferente de outras famílias, de outras regiões do país. Isto se consolida através de uma espécie de voto mais cabrestrado, não é? Lá temos um voto de conceito, voto de opinião e isto nos dá uma credencial que nos facilita estas eleições, sabe?” (Entrevista com Deputado federal, PMDB/MS)

Nota-se, portanto, claras ambiguidades na tentativa dos agentes em relativizar o fenômeno da reprodução social de grupos familiares na política nacional. As críticas se dirigem ao que supostamente não é “natural”: algo que não seria advindo de uma vocação genuína, mas que se reproduziria pura e simplesmente com base no fisiologismo (por parte dos eleitos) e em déficits educacionais, culturais e de consciência (por parte dos eleitores). Se, por outro lado, a hereditariedade na política favorece a continuidade de quadros com vocação política real, qualificação, histórico positivo de “serviço ao povo” – “boas elites”, diriam

alguns – sua permanência é bem-vinda.

“Foi graças ao talento nato dele, um intelectual, uma pessoa que se dedicou aos estudos, formou em direito, passou no concurso do ministério público, um advogado brilhante, começou na vida pública com seus esforços pessoais, não tinha nenhum apoio de descendentes. Só lá atrás, na cidade de Areia, que tinha um tio-avô dele que tinha sido deputado. Era João Cunha Lima, um dos coronéis, mas nós tínhamos uma distância política. O meu avô paterno, era vice prefeito de Araruna, mas também não estava vivo. Esta trajetória começa com Ronaldo Cunha Lima, meu pai, do nada, do zero, construiu (...)” (Entrevista com Senador, PSDB/PB)

Aqui há uma explícita tentativa de distanciamento com o universo simbólico dos coronéis, sinônimo de arcaísmo social e político. O pai do parlamentar em questão, responsável por consagrar o “nome de família” com referências intelectuais, artísticas, carismáticas e políticas comumente entendidas como “modernas”, é quem representa pra ele a “verdadeira” trajetória de sua família na política, muito embora sua projeção política inicial se deva a uma posição social privilegiada e entrada prévia na política por parte dos seus ascendentes “coronéis”. Deste modo, a herança do homem que projetou o grupo familiar nos espaços políticos nacionais, para além do prestígio conquistado nos âmbitos local e estadual, é mobilizado como essencialmente mais legítima que o passado coronelista de seu avô e de seus outros ascendentes notáveis.

Considerando estas percepções dos agentes e as contradições entre os discursos apresentados e as lógicas que perpassam as suas próprias trajetórias e práticas, é possível sugerir que no centro das diferentes visões dos parlamentares vinculados a patrimônios políticos familiares transparece um jeito muito próprio de compreender o parentesco na política federal: uma ambiguidade aparentemente paradoxal, porém complementar, entre o parentesco como recurso legítimo em uma carreira política e parentesco como recurso menos aceito, ainda que presente. O emprego do parentesco de forma direta e “pura”, visualizado por exemplo no caso dos suplentes de senadores, de servidores antes da lei do nepotismo, de candidaturas familiares em vários níveis também de forma “pura” é atribuído a grupos menos “nobres”, a traços “clientelísticos”, a “permanências permitidas por eleitores humildes do norte e nordeste que tende a se acabar”.

A referida ambigüidade nos usos e representações não demonstra ser paradoxal, mas sim complementar, à força e permanência do parentesco na política federal: sugere que agir deste modo permite que se hierarquize que recursos são mais ou menos legítimos nestes espaços, e como seus detentores podem ocupar estes espaços como dominantes. Acima de tudo, permite que se faça uso generalizado da transmissão direta e herdada de privilégios em

indicações para cargos internos, recomendações e mediações diversas (apresentação para amigos, aliados, indicação para cargos etc.) de formas com que pareça fortemente indireta. Assim, legitima-se a ocupação de postos principalmente via títulos escolares e experiência “profissional” em determinados temas, além da justificação e atribuição de sucesso a características ditas “pessoais”, tal como referido na parte anterior deste capítulo.

Este quadro de disputas simbólicas a respeito de estratégias de legitimação do recurso ao parentesco na política gera uma ambivalência poderosa aos que nela conseguem transitar com mais facilidade, isto é, investem no preenchimento de suas biografias com o que há de mais legítimo socialmente em determinado estado das lutas políticas e eleitorais. Assim é que noções excludentes a princípio como mérito e herança são capazes de coexistir em um mesmo agente ou conjunto de agentes, tal como ilustram as menções, constatadas nas entrevistas, a herdeiros com “selos de qualidade” ou “pedigree”; às expressões fortemente retóricas como “é de família mas não é familístico”. É justamente por estes motivos que parentesco na política tem sua eficácia e legitimidade maximizadas quando em combinação com diferentes recursos sociais: consagra-se o patrimônio político familiar e a própria trajetória advinda deste por meios outros que unicamente a transmissão direta de uma “tradição política”.

4. Significados das estratégias de legitimação do parentesco na política

As estratégias de legitimação tanto da entrada na política eletiva quanto das posições ocupadas e do reconhecimento gozado nas carreiras políticas no Legislativo Federal dependem da composição específica, em termos de recursos sociais, de cada patrimônio político familiar considerado. Esta constatação é claramente exemplificada nos modos de justificação dos usos das heranças políticas abordados anteriormente, onde os recursos de *expertise* apresentam maior eficácia nos casos em que os investimentos prévios da “família” em estratégias escolares específicas sedimentam as referências por meio das quais alguns grupos se consagram; e, por outro lado, o apelo às características “pessoais” e à “naturalidade” do parentesco na política sendo proveniente de agentes com maiores possibilidades de se amparar nas próprias posições políticas de destaque ocupadas do que em outras espécies de justificações, dado que são estes os principais recursos sociais nos quais se assentam.

Além deste fator básico, é preciso apreender as principais estratégias de legitimação

mobilizadas ressaltando que estas também respondem simultaneamente a dois imperativos gerais: a busca por singularidade e a busca por adequação a critérios de excelência social presentes no contexto político em que atuam.

O apelo à singularidade se dá a partir de duas referências: a singularidade perante outros concorrentes do espaço político que não possuem recursos no meio familiar que sejam especialmente propícios à conversão em trunfos políticos, isto é, não estão vinculados ao que denominamos aqui como um patrimônio político familiar; e, por outro lado, a singularidade em relação a outros “herdeiros políticos”. O primeiro caso, demonstrado por Grill (2003, p.119-122) a partir de parlamentares do Rio Grande do Sul, transparece em três lógicas que conferem singularidade de herdeiros em relação a não-herdeiros, referidas como reconhecimento da reputação familiar, familiaridade com o meio e acessos advindos do parentesco. Na presente amostra a ocorrência destas lógicas também se fez presente, sendo o aspecto mais marcante neste respeito as menções que aludiam ao reconhecimento e engrandecimento do patrimônio político familiar herdado.

Por outro lado, chama a atenção tanto nos depoimentos referentes às concepções de atividade política quanto nas falas relativas às concepções dos próprios herdeiros sobre as relações entre parentesco e política a tentativa de demarcação de uma *singularidade* perante outros herdeiros de patrimônios políticos familiares. Como foi assinalado anteriormente, as disputas e ambiguidades existentes nos significados dados às relações entre parentesco e política para os agentes em questão refletem estratégias que visam a legitimação dos usos do parentesco. A despeito de todos os envolvidos estarem imersos em princípios e lógicas de ação semelhantes – a reciprocidade como princípio e as benesses adquiridas na conversão dos laços de parentesco em recursos e trunfos políticos como lógicas de ação – são mobilizadas estratégias que visam a consagração de uma trajetória específica (ou da trajetória de um grupo familiar) através deste apelo a supostas singularidades.

Esta busca por singularidade pode ser vista também em termos de *adequação* a critérios mais abrangentes de excelência política e social. Percebida, por exemplo, nas já citadas respostas que abarcam expressões ressaltando a impossibilidade de sobreviver politicamente somente com a reputação adquirida com o parentesco – “não basta ser filho”, “sobrenome não garante tudo”, “ter meu espaço, minha personalidade”, “brilho próprio” – a necessidade de se destacar por atributos “próprios” é um traço comum utilizado nos argumentos dos herdeiros de patrimônios políticos familiares para introduzir a menção a determinadas características em suas biografias e justificar que “mesmo que suas *entradas na política* tenham sido auxiliadas decisivamente pelo uso do parentesco, sua permanência deve-

se aos próprios ‘méritos’, ‘esforços’ e ‘talentos’” (GRILL, 2003, p. 136-137). Estas representam singularidade e adequação por atuarem no sentido não só de imputar características pretensamente singulares, mas também que correspondam a excelências sociais como atributos de *expertise*, posições honrosas em determinada matéria, etc. A busca por adequação pode ser vista, assim, como um sintoma da força dos processos de especialização e concorrência política nestes espaços.

5. Conclusão

No que tange ao conjunto de estudos que problematizam as relações entre parentesco e política em períodos recentes, a pesquisa apontou para a relevância de captar a multiplicidade de estratégias de reprodução empreendidas por grupos familiares em diferentes momentos de sua atuação política – no caso, o momento das carreiras políticas no Legislativo Federal. Deste modo, partindo da premissa de que o Legislativo Federal constitui-se enquanto um domínio específico de atividades de representação, mediação e produção de sentidos sobre a política, considerou-se relevante direcionar a pesquisa para a compreensão de aspectos relativos às estratégias de reprodução de patrimônios políticos familiares que possam ser nele identificados. Assim, a pesquisa procurou ressaltar elementos que se distinguem nos espaços de poder ditos “centrais”, tais como concepções próprias, justificações e usos específicos dos laços de parentesco na política.

Dito isto, é possível retomar, a título de conclusão, as principais questões levantadas. Em primeiro lugar, argumenta-se que a interação entre herdeiros de patrimônios políticos e outros parlamentares nestes espaços evidenciam investimentos específicos orientados no sentido de multiplicar capital simbólico e de relações sociais em nível federal, isto é, relativo à reputação e trânsito entre pares. A tentativa de demonstrar empiricamente a especificidade destes investimentos enfatizou, por um lado, a percepção dos próprios herdeiros de patrimônios políticos familiares acerca das vantagens que vislumbram ao adentrar estes espaços na condição de herdeiros; e, por outro lado, exemplos de práticas cotidianas no Legislativo Federal que reforçam, no âmbito deste, as referências atribuídas a determinados “nomes de família”.

Outro ponto importante diz respeito à relação entre o parentesco e outros recursos presentes nas disputas políticas. Os modos pelos quais apresentam suas biografias e

reivindicam uma “personalidade política própria” ao abordar o tema do parentesco na política ressaltam justamente este caráter de composição, no qual os laços de parentesco figuram como um componente dentre outros também mobilizados em combinação no âmbito político. Este caráter transparece, no presente trabalho, na tentativa de visualizar com mais detalhes a diversidade de recursos simultaneamente envolvidos nos usos e alegações de uma *expertise*, exemplificados especialmente na trajetória de um agente e seu grupo familiar. Todavia, dado o alcance reduzido do estudo em questão, não cabe ir além na afirmação de proposições mais ambiciosas acerca da legitimidade social e política de composições específicas.

De modo semelhante, as bases sociais das concepções e usos do parentesco na política figuraram aqui de maneira introdutória, centradas em alguns exemplos, sendo necessárias investigações mais amplas neste sentido. O que demonstra ser relevante e passível de afirmação, entretanto, é a recorrência de princípios específicos atuando como bases nestes processos de interação, no qual se destacam o peso das relações de reciprocidade e o caráter pessoal do que é concebido como política, tal como em estudos previamente referenciados (CORADINI, 1997, 1998; BEZERRA, 1998, 1999; KUSCHNIR, 2000). Entre os vários momentos em que estes princípios são perceptíveis na presente análise, pode-se destacar a centralidade atribuída pelos agentes aos “modos de agir” politicamente que supostamente os destacariam, no âmbito das justificações, além dos já citados rituais centrados no reconhecimento e mobilização de reputações.

Por fim, o levantamento das percepções dos agentes referentes à permanência dos laços de parentesco na política permitiu apreender sutilezas envolvidas na hierarquização de determinadas combinações de recursos sociais diversos com o parentesco. Chama a atenção neste sentido os modos pelos quais apresentam uma diferenciação entre herdeiros de patrimônios políticos familiares, se referindo de maneira positiva ou negativa a agentes que lançam mão dos mesmos princípios. Tal diferenciação se expressou, por exemplo, na tentativa de afastamento com referências dadas como menos legítimas nos contextos em questão, como situações “periféricas”, “locais”, “clientelistas”, supostamente externas ao que afirmam pertencer. Neste sentido, é notável a proximidade das referências utilizadas nas justificativas com aquilo que é frequentemente compreendido no senso comum sobre as relações entre parentesco e política no Brasil, além da naturalização deste recurso na política como extensão da naturalidade com a qual é percebido em outras atividades e espaços sociais.

6. Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, M. “*La reference familiale*”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L’héritité en Politique*. Paris: Economica, 1992.
- BADIE, B.; HERMET, G. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BADIE, B. *Le Développement Politique*. 5e. Édition. Paris, Economica, 1994.
- BAILEY, F.G. *Gifts and Poison. The Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971.
- BEZERRA, M. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Relume Dumará, 1995.
- _____. *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- _____. Políticos, representação política e recursos públicos. *Horizontes Antropológicos*, 7(15), 181-207, 2001.
- BOURDIEU, P. *Le capital social*. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 31 Jan. 1980.
- _____. *La noblesse d’État: grands écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- BRIQUET, J. L. “*Les pratiques politiques ‘officieuses’*. Clientélisme et dualisme politique en Corse et en Italie du Sud. *Genèses*, 20, pp. 73-94, 1995.
- _____. “*Une Histoire de Famille*”. PATRIAT, C., PARODI, J. (Orgs.) *L’Héritité en Politique*. Paris: Economica, 1992.
- CANÊDO, Letícia. *Caminhos da memória: parentesco e poder*. Textos de História, Brasília, v. 2, n.3, p. 85-123, 1994.
- CANÊDO, L. *Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)*. *Pro-posições*, Campinas, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena: a Família, a Política, uma hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 20, pp. 153-194.
- _____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. Dados, vol. 40, nº 02., 1997.
- CODATO, A., COSTA, L. *A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: um estudo do perfil sócio-profissional dos deputados federais (1998-2010)*. In: 35º Encontro

Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2011.

CORADINI, O. L. *Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais*. Revista de Sociologia e política, vol. 20, nº 41, p 109-122., 2012a.

_____. *Cargos e funções públicas e candidaturas eleitorais*. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, p. 689-708, 2012b.

_____. *Em nome de quem?* Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 2001.

_____. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, v. 28, p. 181-203, 2007.

_____. *Estudos de grupos dirigentes no RS: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

_____. *Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. III, n. 3, p. 425-466, 1997.

_____. *Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais*. FELIX, L.O.; ELMIR, C.P. (orgs.). *Mitos & Heróis: Construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

COSTA, L. D., CODATO, A. *Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República*. In: MARENCO, A (org). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

GRILL, I. G. *As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhense*. In: MARENCO, A (org). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

_____. *“Família”, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do título escolar no exercício do métier*. Tomo, n. 10, p. 85-111, 2007.

_____. *Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese (doutorado em ciência política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. *Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão*. *Revista Sociologia e Política*, n. 30, p. 65-87, 2008.

GRYNSZPAN, Mario. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5.14 (1990): 73-90.

KARADY, Victor. *Une nation de juristes: des usages sociaux de la formation juridique dans la Hongrie d'ancien regime*. In. *Actes de la recherche em sciences sociales*, (86/87), mars, 1991. p. 106-124.

- KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Vol. 8, Relume Dumará, 2000.
- LAGROYE, J. *Les processus de politisation* in LAGROYE, J., *La Politisation*. Paris: Belin, 2003.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- OFFERLÉ, Michel. *Usages et Usure de l'hérédité en Politique*. *Revue Française de Science Politique*, 1993.
- PATRIAT, Claude. "Perspectiva Cavalière". PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L'Hérédité en Politique*. Paris: Economica, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SAINT-MARTIN, Monique. *L'espace de la noblesse*. Paris: Métailié, 1993.
- SEIDL, Ernesto. *Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930)*. *Revista de Sociologia e Política*, 16.30 (2008): 199-220.
- _____. *Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites*. In: _____, GRILL, I. G. (orgs.). *As ciências sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2013.
- TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional, 1949-1994*. Vol. 1. Relume-Dumará, 1998.
- TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. Idesp Editora Sumare, 1992.
- _____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. Editora Unesp, 2008.
- VIANA, O. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.
- WOLF, E. *Kinship, friendship and patron-client relations in complex societies*. Banton, M. (ed.). *The special anthropology of complex societies*. London: Tavistock, 1966.